



1290000537



TCC/UNICAMP V673t

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Economia



A Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Assalariado
Um estudo das transformações sócio-econômicas brasileiras no fim do século
XIX

Helena Piazzentini Vieira

Monografia apresentada ao Instituto de
Economia da Universidade Estadual de
Campinas, sob orientação do professor Dr. Luiz
Felipe de Alencastro e examinada pela
professora Dra. Lígia Maria Osório Silva.

Campinas, dezembro de 1999.

**TCC/UNICAMP
V673t
IE/537**

ÍNDICE

PARTE I

INTRODUÇÃO..... 4

CAPÍTULO

O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NA ECONOMIA BRASILEIRA DE 1850
AO FINAL DO SÉCULO XIX..... 7

CAPÍTULO II

ASPECTOS DO MOVIMENTO DE URBANIZAÇÃO NO FINAL DO SÉCULO XIX..... 19

CAPÍTULO III

IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO NA SEGUNDA METADE DO
SÉCULO XIX..... 27

CAPÍTULO IV

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX 38

PARTE II 51

INTRODUÇÃO..... 52

CAPÍTULO V

O BRASIL E A ECONOMIA INTERNACIONAL NO FINAL DO SÉCULO XIX 54

5.1. A Economia Internacional..... 55

5.2. A Economia Brasileira..... 64

CAPÍTULO VI

POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XIX..... 73

ANEXO 86

PARTE III

CAPÍTULO VII

UMA NOTA ACERCA DA DISCUSSÃO “FATORES EXTERNOS” E “FATORES INTERNOS”..... 89

BIBLIOGRAFIA 98

Parte I

Introdução*

O período tratado neste estudo corresponde a segunda metade do século XIX. Anos de profundas transformações tanto na sociedade quanto na economia do Brasil. É sobretudo um estudo do desenvolvimento sócio-econômico brasileiro nessa época. Nesse período ocorre a substituição da força de trabalho escrava por trabalhadores assalariados. Também se percebe um crescimento das atividades urbanas. Além da implantação do sistema ferroviário, novo meio de transporte. E surgimento da atividade industrial no Brasil. Essas transformações ocorrem numa economia conhecida como agrário-exportadora.

O primeiro capítulo chamado de O desenvolvimento do Mercado de Trabalho na Economia Brasileira de 1850 ao final do século XIX trata principalmente a importância da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Mostra o declínio do número de trabalhadores escravos a partir da década de 1850, destacando as condições de vida destes trabalhadores, a limitação do tráfico de escravos interprovincial e o aumento do preço desses escravos. Assinala a importância da busca de uma solução, pois como a economia brasileira apoiava-se em condições favoráveis de crescimento, a diminuição do número de trabalhadores era um problema. Este foi resolvido pela chegada de grande massa de imigrantes europeus.

O segundo capítulo Aspectos do Movimento de Urbanização no final do século XIX assinala a diversificação que ocorre, nessa época, na economia brasileira. A chegada dos

* Grande parte deste trabalho é baseado na pesquisa de iniciação científica, sob o mesmo título, desenvolvido com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E orientada pelo professor doutor Luiz Felipe de Alencastro.

imigrantes contribui para formação do mercado de trabalho e secundariamente para a formação do mercado interno consumidor. Destaca a importância da troca dos excedentes de culturas de subsistência com bens e serviços dos centros urbanos. Isto se torna facilitado com um maior uso de moedas na economia, já que parte da força de trabalho é assalariada a partir da década de 1880. Assinala também a importância das ferrovias que possibilitam melhor comunicação e em maior intensidade os contatos as zonas produtoras de café e as regiões urbanas.

O terceiro capítulo Implantação e Desenvolvimento do Sistema Ferroviário na segunda metade do século XIX apresenta o surgimento das ferrovias no Brasil e as implicações desse novo meio de transporte. Explicita a importância desse meio de transporte quanto a redução dos custos de produção. O setor agrário-exportador beneficia-se através da rapidez do transporte e produto exportado de melhor qualidade. Também as ferrovias tornam possível que a expansão do café prossiga pelo interior do estado paulista, onde ocorre a apropriação de terras de alta produtividade.

No quarto capítulo Desenvolvimento Industrial Brasileiro na segunda metade do século XIX mostra o crescimento da atividade industrial. Para isso apresentam-se os principais períodos de crescimento e recessão fazendo uma breve análise macroeconômica da economia brasileira nesse período. Também é apresentado em que base sócio-econômica ocorre a industrialização como oferta de mão-de-obra, mercado interno, obtenção de matérias primas etc. além de serem mostradas duas interpretações sobre o desenvolvimento industrial brasileiro: a "ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações" e o enfoque no "desenvolvimento do capitalismo no Brasil, (ou o 'capitalismo tardio')". E a

partir dessas considerações faz-se uma breve conclusão em que "grau" de desenvolvimento a indústria brasileira "parte" para o século XX.

Assim como objetivo do conjunto dos capítulos pretendeu-se fazer um acompanhamento das transformações sócio-econômicas brasileiras na segunda metade do século XIX. A fim de conhecer em que nível de desenvolvimento econômico a economia brasileira encontra-se no início do século XX. Ao mesmo tempo abre-se espaço para um aprofundamento na segunda parte do estudo o que dará uma sustentação maior a esse trabalho.

Capítulo I

O Desenvolvimento do Mercado de Trabalho na Economia Brasileira de 1850 ao final do século XIX

O Desenvolvimento do Mercado de Trabalho na Economia Brasileira de 1850 ao final do século XIX

A segunda metade do século XIX apresenta grande crescimento do comércio internacional. E a economia brasileira fortemente dependente do comércio externo para exportar seus produtos primários, como o café, tem estímulos para ampliar sua produção agrícola. Também as cotações internacionais do café a partir dos anos de 1850 encontram-se em alta. Além disso, torna-se mais freqüente o uso de navios a vapor na região do Atlântico Sul, melhorando as condições de transporte, servindo ao comércio de longas distâncias. Essas condições de transporte vieram a favorecer as relações comerciais entre o Brasil e Estados Unidos e Europa.

Juntamente a essas condições externas, internamente o Brasil sofre transformações de ordem econômica em torno das décadas de 1860 e 1870. Como aumentos de produtividade e redução nos custos na produção do café. As máquinas de beneficiamento trouxeram melhoria na qualidade e apresentação do café, possibilitando preços melhores no mercado internacional. A redução nos custos caminhou seguindo a introdução das ferrovias. Aumentavam-se, assim, as margens de lucro da cultura cafeeira dando sustentação a expansão cafeeira. Portanto era alto o potencial de acumulação, no Brasil, principalmente nos anos da década de 1870.

Dado essas condições, internas e externas, que possibilitaram o crescimento da economia cafeeira, a acumulação prosseguia. Mas antes que fossem consolidadas essas transformações no Brasil um problema já trazia preocupação. O número de oferta de

escravos era limitado e decrescia. A expansão cafeeira necessitava de um mercado de trabalho que fornecesse mão-de-obra. Desse modo o problema da mão-de-obra tornava-se obstáculo a continuidade do crescimento econômico brasileiro.

Em 1851 tomava-se efetivo o fim da chegada dos escravos africanos no Brasil.¹ E a economia cafeeira estava apoiada em trabalho escravo nesse período. A reprodução dos escravos já existentes no Brasil era improvável, devido as péssimas condições vivida por esses trabalhadores, pois sua população decrescia.² O tráfico interno de escravos de regiões decadentes vindos do Nordeste e Minas Gerais para as regiões prósperas do “Oeste Paulista” era limitado. Também era notável o encarecimento do escravo. E era marcante as vantagens capitalistas do trabalho assalariado sobre o trabalho escravo.

O tratamento dado aos escravos no Brasil não foi diferente do restante do mundo.³ O mau trato imposto a vida do trabalhador escravo e vida sob condições precárias freqüentes, faziam dessa mão-de-obra, praticamente, inviável a economia cafeeira, nessa época, dado o crescimento dessa economia. Celso Furtado comenta sobre essas condições encontradas pelos escravos:

“O fato de que a população escrava brasileira haja tido uma taxa de mortalidade bem superior à de natalidade indica que as condições de vida da mesma deveriam ser extremamente precárias. (...) . Demais, é provável que a redução do abastecimento de africanos e a elevação do preço destes hajam provocado uma

¹Sérgio Silva, Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, 1976, p. 35.

² Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil, 1995, p.119.

³ Jacob Gorender, O Escravismo Colonial, 1992 p. 358 a 371.

intensificação na utilização da mão-de-obra e portanto um desgaste ainda maior da população escrava.”⁴

Também a jornada de trabalho executada pelo escravo atingia a até dezoito horas diárias, sendo muito curto o espaço de tempo para descanso. A alimentação dada a esses trabalhadores em geral era inferior a suas necessidades e as descrições sobre suas moradias, as senzalas, fazem concluir em más condições como ventilação irregular, espaço físico insuficiente e práticas de higiene duvidosas. Assistência médica aos escravos era rara, dados as dificuldades de comunicação, transporte e ao pequeno número existente de médicos disponíveis, a medicina da época contava, então, com ervas e orações.⁵ Assim sob essas condições o uso desse trabalhador estava condenado a desaparecer, a medida que a entrada de escravos no Brasil havia cessado, da economia brasileira. Pois esta se encontrava em expansão e necessitava de um crescente contingente de mão-de-obra. Mas, pelo contrário, essa população escrava encontrava-se em decréscimo.

Essas condições impostas aos escravos limitaram ainda mais uma solução inicial. O tráfico interno, entre as províncias brasileiras, como solução apresentou-se insustentável já a médio prazo. Pois o número de escravos que entraram na próspera região paulista do café tornou-se bastante reduzido, distante do necessário ao prosseguimento de uma expansão econômica, então, em curso na época. E o que se concluía, como mostra Sérgio Silva, era que:

“A compra de escravos fora das regiões do café não podia assegurar a mão-de-obra necessária a expansão cafeeira. Entre 1840 e 1851, vieram da África

⁴ Celso Furtado, *op.cit*, p. 119.

⁵ Para um estudo acerca da vida diária do escravo rural ver Emilia Viotti da Costa, Da Senzala à Colônia, 1966, p. 241 a 277.

371.625 escravos, isto é, cerca de 31.000 por ano, enquanto que de 1852 a 1859, a entrada de novos escravos, reduzida as compras no país, foi de 3.430 por ano.’⁶

Portanto a limitação do tráfico, conhecida desde seu início, excluía possibilidades de chegada de novos trabalhadores continuamente para as regiões cafeeiras que se encontravam em pleno crescimento. A necessidade de uma mão-de-obra alternativa a escrava era fato e ao passar dos anos, com expansão econômica em processo, o mercado brasileiro de trabalho deveria dispor de trabalhadores no volume exigido pelo crescimento da economia brasileira, especialmente a região do “Oeste Paulista”.

Outra dificuldade sofrida com a mão-de-obra existente na época foi o encarecimento dos escravos. A aquisição de novos escravos, com preços mais altos, alterava a margem de lucro para baixo e o problema concretizava-se. O próprio término do tráfico de escravos, 1851, fez com que o preço do escravo subisse. Além da cobrança de taxas com objetivo de reduzir esse comércio no plano interprovincial, que já existia mesmo antes do término do tráfico, também foi uma variável que elevou os preços dos escravos.

Os preços a partir das décadas de 1850 e 1860 chegam a triplicar.⁷ E assim áreas que nesse período encontravam-se em crescimento, como a região cafeeira do “Oeste Paulista”, percebem o agravamento do problema da mão-de-obra. Essa região, então, não sofre somente com a falta numérica de trabalhadores, enfrenta também o encarecimento do escravo.

No momento da crise da mão-de-obra as vantagens do trabalho assalariado frente o trabalho escravo foram colocadas. O “salário” da mão-de-obra escrava é todo pago

⁶ Sérgio Silva, op.cit, p. 35

⁷ Wilson Cano. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, 1983, p. 27.

adiantado, antes que a produção seja realizada. Já com o trabalho assalariado o pagamento é realizado após a participação dos trabalhadores no processo produtivo. Além disso:

“... a rotação do capital variável é mais rápida que a do capital fixo representado pelo escravo, que se distende por toda sua ‘ vida útil’”.⁸

Ou seja a força de trabalho, quando assalariada, pode ser renovada regularmente. Assim a produtividade apresentada pelos trabalhadores encontra-se, praticamente, no "pico". A percepção de uma queda na produtividade da força de trabalho, capital variável, e esta pode ser substituída. Já com trabalhadores escravos estes devem ser “aproveitados” ao máximo, por isso a produtividade dessa força de trabalho tende ao atingir o seu “pico” ser alterada a um nível mais baixo até o final da “vida útil” desses trabalhadores.

Outra vantagem era que o próprio pagamento ao trabalhador já significava um estímulo ao trabalhador. Ao contrario do escravo que como “estímulo” para o trabalho recebia meios de coação, repressão. Esta atividade, vigiar trabalhadores, também acrescia as despesas e ampliava a distância da vantagem do trabalho assalariado frente o trabalho escravo.

Usar novas técnicas de produção, que poupem mão-de-obra e ao mesmo tempo necessite de trabalhadores capazes de operar essas técnicas, não faz tanto sentido numa economia escravista de produção. Já numa economia com presença de trabalhadores assalariados novas técnicas de produção para diminuição de custo tanto com economia de mão-de-obra quanto com ganhos de produtividade tornam-se fundamentais para o desenvolvimento econômico.

⁸ J.M. Cardoso de Mello, O Capitalismo Tardio, 1982 , p. 75.

Sob essas condições, entre outras, que tornam difícil manter o número de trabalhadores bem como a impossibilidade de conseguir novos escravos, a presença do escravismo no Brasil estava condenada. Pois essa situação vivida pela economia brasileira com intensidade nos últimos anos da década de 1870 atrasava, e até mesmo impedia a continuidade do crescimento econômico, ou ainda, era obstáculo para que se prosseguisse a acumulação de capital desejada no Brasil. Nas palavras de J.M. Cardoso de Mello:

“Pouco importa que a taxa de lucro das unidades em operação fosse alta e que o trabalho escravo se tivesse por mais rentável, pelos empresários, que o trabalho assalariado. Relevante, insistimos, é o fato de que, prosseguindo a acumulação haveria de ser cada vez mais entravada. Em outras palavras, **não é preciso que o escravismo se desintegre, porque não ofereça nenhuma rentabilidade às empresas existentes; para ser colocado em xeque, basta que se obste a acumulação**”.⁹

O alto poder de acumulação, presente nesse período, sob condições que possibilitavam grande crescimento econômico, deixou claro uma situação. Seria impossível a permanência do escravismo no Brasil, mais especificamente na economia cafeeira do “Oeste Paulista” que “puxava” o crescimento econômico do país nesse momento da história econômica brasileira. Era necessária uma forma alternativa de mão-de-obra, o mercado brasileiro de trabalho deveria, assim, ser novamente criado.

A urgência em conseguir mão-de-obra, não impediu que a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado encontrasse dificuldades. Por isso a constituição do novo mercado brasileiro de trabalho se daria com atraso. E esse problema deveria ser

⁹ J.M. Cardoso de Mello, op.cit, p. 83. Grifo do autor.

rapidamente resolvido. Vale citar a ausência de trabalhadores para a cultura cafeeira no Brasil e as más condições iniciais dadas aos imigrantes. Estes trabalhadores foram uma solução inicial que depois seria definitiva a solução para o problema da mão-de-obra no Brasil a partir da década de 1880. Também os insucessos das primeiras tentativas de imigração refletiram em países fornecedores de trabalhadores como Alemanha, Suíça, França e Itália que, numa propaganda contrária ao movimento migratório para o Brasil, publicando notícias sobre as más condições encontradas pelos imigrantes, alertavam a população para que não fossem para o Brasil.¹⁰

Encontrar trabalhadores no território brasileiro disponíveis para as lavouras de café seria muito difícil. Pois dado à abundância de terras no interior do Brasil, a população dessa região vivia sob um sistema apoiado na “auto-subsistência”. Desse sistema fazia parte tanto a população que vivia em grandes propriedades como os pequenos proprietários. Possuindo ou não terras, vivendo bastante pobremente ou nem tanto, a verdade é que eles obtinham a sua subsistência. Portanto pessoas dessa população “não constituíam um verdadeiro mercado de trabalho para as plantações de café”.¹¹

Outra possibilidade para formação do mercado de trabalho seria os antigos escravos. Mas estes trabalhadores não seguiram o caminho do assalariamento, partindo para a auto-subsistência. Isto é um fato, não foi com os antigos escravos que o Brasil formou o mercado de trabalho. A explicação para esse fato pode estar ligada a preconceitos sofridos pelos escravos. Pois, segundo Sérgio Silva, “Sabe-se que os preconceitos raciais encontram,

¹⁰ Viotti da Costa, *op.cit*, p. 124 e 125.

¹¹ Sérgio Silva, *op.cit*, p. 36.

muitas vezes, suas origens na escravidão”. Por isso, então, a resistência, desses trabalhadores, à disciplina capitalista do trabalho.¹²

Também as condições iniciais de imigração no Brasil, década de 1850, não eram nada estimulantes aos imigrantes. Estes sofriam com juros, altas dívidas, precárias condições de moradia, terras para cultivo de subsistência de má qualidade como mostra Viotti da Costa queixas desses imigrantes, colonos como eram conhecidos na época:

“Julgavam-se prejudicados em todos os sentidos. Diziam que os proprietários reservavam para o trabalho do escravo os cafeeiros mais produtivos, entregando-lhes os mais novos que ainda estavam produzindo de maneira compensadora, ou então os mais velhos e mirrados, de escassa produção. Outro motivo de descontentamento era o sistema de contas feito para deduzir sua parcela de lucro sobre a produção obtida. Consideravam desonestos os cálculos de conversão de moeda, e a contagem de juros que corriam sobre os adiantamentos. Reclamavam contra o pêsso das dívidas que os sobrecarregava já ao chegar a fazenda, em virtude dos preços da viagem e transporte até a sede, agravadas com o correr do tempo. (...). O desconforto das casas que lhes eram concedidas, a lembrar senzalas, constituía outro motivo de desagrado. (...). Enfim, consideravam-se espoliados pelos senhores e reduzidos à condição de verdadeiros escravos.¹³

Nos anos da década de 1880, especialmente os anos de 1885 e 1886, que a entrada de imigrantes no Brasil se intensifica.¹⁴ Pois são anos de grande crescimento da economia cafeeira no Estado de São Paulo, a capacidade produtiva do café dobra entre os anos de

¹² Sérgio Silva, *op.cit.*, p. 46.

¹³ Viotti da Costa, *op.cit.*, p. 86 e 87.

¹⁴ Por exemplo, J.M. Cardoso de Mello, *op.cit.*, p. 86 e 87.

1876 e 1883¹⁵. Assim ao decorrer desses anos a questão da oferta de trabalhadores potencializa-se a ponto de requerer rápida solução. É certo que a economia cafeeira paulista, principalmente as novas áreas de cultivo no "Oeste Paulista", já estava, em parte, sobre bases capitalistas de produção, ou seja, uma parcela dos trabalhadores era assalariada.¹⁶ Mas são especialmente essas novas áreas com alto crescimento econômico, nessa época, que mais necessitam de mão-de-obra numerosa e num curto espaço de tempo. Portanto medidas favoráveis a imigração eram "bandeira" de muitos fazendeiros paulistas.

É quando a entrada de imigrantes europeus, italianos em maioria, torna-se intensa. Após medidas do governo de incentivo à imigração sem muitos efeitos concretos, o governo de São Paulo, depois de 1870:

“... tomou a seu cargo todas as despesas relativas à imigração: pagamento da viagem dos trabalhadores e de suas famílias, criação de um organismo encarregado de dirigir a imigração, através de agências fixadas em vários países da Europa (sobretudo na Itália). A partir dos anos 1880, a imigração tornou-se massiva. Entre 1887 e 1897, 1.300.000 imigrantes chegaram ao Brasil. A título de comparação entre 1890 e 1900, a população do Brasil aumentou cerca de 3.000.000 de pessoas, passando de 14 a 17 milhões. A maioria dos imigrantes foi para São Paulo: 909.417, entre 1887 e 1900 (essa cifra corresponde a 82% do crescimento demográfico desse Estado no mesmo período)”.¹⁷

¹⁵ Wilson Cano, *op.cit*, p. 35.

¹⁶ Wilson Cano, *op.cit*, p. 23.

¹⁷ Sérgio Silva, *op.cit*, p. 38.

Através dessas medidas, conjuntamente a outras, favoráveis à imigração, os colonos passaram a estar liberados das pesadas dívidas por exemplo, assim a imigração vai se viabilizando como solução para a falta de trabalhadores à economia brasileira. Os dados sobre o movimento de chegada de trabalhadores europeus ao Estado de São Paulo, demonstram essa evolução:

**Ingresso de Imigrantes Europeus em São Paulo.
(1875 -1888)**

1875 - 1879	10.455
1880 - 1884	15.852
1885 - 1886	16.036
1887	32.112
1888	92.086

Fonte: Gorender, Jacob. O Escravismo Colonial, p. 525.

É notável o grande ingresso de imigrantes num curto espaço de tempo, principalmente a partir de meados da década de 1880. São 32.000 em 1887, mais de 92.000 em 1888 e o expressivo volume entre 1888 e 1900 de mais de oitocentos mil imigrantes que entram no Estado de São Paulo e fornecem mão-de-obra a grande expansão econômica em movimento nesse estado.¹⁸ Sobre esse grande aumento dos números da imigração e sua importância para economia brasileira no final do século XIX e início do século XX, pondera Sérgio Silva:

"Foi fundamentalmente graças a essa imigração massiva de trabalhadores de origem européia que o mercado de trabalho formou-se e desenvolveu-se no Brasil até a década de 1920. E nesse mercado de trabalho, formado pelos trabalhadores imigrados,

¹⁸ Viotti da Costa, op.cit, p. 192 e 193.

se abasteceram não somente os fazendeiros de café, mas também os primeiros industriais brasileiros (...)"¹⁹

Portanto o movimento imigratório ocorrido no final do século XIX tornou possível a constituição do mercado brasileiro de trabalho para que a expansão da economia brasileira, economia cafeeira paulista, prosseguisse. Também esse mercado de trabalho formado para solucionar o problema da oferta de mão-de-obra, e assim prosseguir a acumulação, forneceu trabalhadores a "nova" atividade econômica desse período conhecida como indústria nascente. Além disso foram numerosas as transformações sociais ocorridas no Brasil, dado esse movimento de imigração, nesses anos, como aceleração das atividades urbanas e desenvolvimento de um mercado que movimentasse e fizesse crescer o comércio interno.

¹⁹ Ibidem

Capítulo II

Aspectos do Movimento de Urbanização no final do século XIX

Aspectos do Movimento de Urbanização no final do século XIX.

A partir de 1886, principalmente entre 1890 e 1900, o crescimento do conjunto das atividades urbanas na economia brasileira, sobretudo a região paulista, passa por uma grande aceleração. Nesse período surgem várias atividades como a industrial, bancária, escritórios, por exemplo, tipicamente urbanas. Dessas desenvolvem-se serviços que são necessários para a manutenção e diversificação das atividades como o comércio varejista, energia elétrica, construção civil etc. A população do Estado de São Paulo, e principalmente a da capital paulista, encontra-se em grande crescimento demográfico.²⁰

Também há assalariamento de grande número de trabalhadores da economia brasileira, nessa época, com a chegada dos imigrantes²¹, faz com que aumente o número de moedas em circulação estimulando o comércio já existente. A melhoria no transporte com a instalação do sistema ferroviário possibilitou uma comunicação mais freqüente entre as cidades e maior rapidez no deslocamento da população.

Nessas condições em que se encontra a economia paulista no final do século XIX abre-se espaço para transformações de atividades, essencialmente agrícola nessa época, e desenvolvimento de um mercado interno consumidor. Pois o aumento deste faria com que a demanda por bens e serviços se elevasse e assim seria capaz de contribuir para um desenvolvimento das atividades urbanas.

²⁰ Wilson Cano. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, 1983, p. 69.

Sobre o surgimento das atividades urbanas e serviços destinados a urbanização,

Wilson Cano faz uma descrição:

“À medida que a atividade nuclear se ampliava, passou a induzir, crescentemente, o surgimento de uma série de atividades tipicamente urbanas... No momento em que estas crescessem, uma série de outras, mais vinculadas ao processo de urbanização, também se desenvolveriam... Quanto mais avançava esse processo, mais interdependentes se tornavam todas essas atividades, gerando uma intrincada rede de conexões econômicas, financeiras e de serviços”.²²

Pela descrição nota-se um rápido desenvolvimento e como o surgimento dessas atividades foi capaz de gerar uma espécie de “multiplicação” de outras atividades e assim o crescimento de um setor, industrial por exemplo, fez com que não somente a indústria crescesse mas uma série de outras atividades ligadas a ela entrasse também em crescimento. Por isso a ampliação dessas atividades trouxe significativo desenvolvimento econômico.

No Estado de São Paulo onde a ampliação dessas atividades no final do século XIX encontra-se em movimento, nota-se um grande crescimento demográfico²³:

Crescimento da População no Estado de São Paulo e na Capital Paulista.

Ano	Estado de São Paulo (milhões de habitantes)	Capital Paulista (mil habitantes)
1872	0,8	31,4
1890	1,4	64,9
1900	2,3	239,8

Fonte: Cano, Wilson. Raízes da Industrialização de São Paulo, pp. 70.

²¹ J.M. Cardoso de Mello. *O Capitalismo Tardio*, 1982, p. 86 e 87.

²² Wilson Cano, op.cit, p. 69.

²³ Wilson Cano, op.cit, p. 70.

Os dados do crescimento populacional do Estado de São Paulo no final do século XIX coincidem com a grande expansão cafeeira nesse estado, nos anos de 1886-1897. Essa expansão leva a grandes “saltos” demográficos e a população do Estado de São Paulo quase triplica num período inferior a trinta anos passando de 800 mil para 2,3 milhões de habitantes. O crescimento populacional da capital paulista toma proporções ainda maiores chegando a 239,8 mil habitantes em 1900, ou seja um crescimento de mais de sete vezes quando comparado com a população da capital em 1872 que era de 31,4 mil habitantes.

O movimento de imigração como contribuinte para o crescimento populacional e conseqüente aumento da urbanização apresentou-se com grande importância. Pois dos 2,3 milhões de habitantes do Estado de São Paulo no ano de 1900, 529.187 eram estrangeiros.²⁴ Parte destes dirigiam-se às cidades exercendo atividades de pequenos comerciantes e artesanato, por exemplo, ampliando tanto a oferta de produtos do núcleo urbano como a demanda por bens e serviços dessa economia.

Também os imigrantes que atuavam na lavoura de café dedicavam alguma parte do seu tempo em culturas agrícolas de subsistência. Eventualmente excedentes dessa atividade eram levados ao comércio urbano o que trazia rendimentos extras a esses trabalhadores. Dessa forma contribuía para a expansão das atividades urbanas na medida em que vendiam seu excedente agrícola e a partir disso com o dinheiro obtido poderiam demandar produtos e serviços da economia, ampliando o mercado consumidor interno.

A expansão da cultura cafeeira como grande provedora de renda para a economia brasileira foi a variável fundamental para o crescimento dessas atividades urbanas. E é nos anos das décadas de 1870 e 1880 que a expansão cafeeira encontra condições favoráveis,

²⁴ Emilia Viotti da Costa. Da Monarquia à República, 1987, p. 213.

principalmente entre os anos 1876 e 1883, quando a capacidade produtiva do café dobra e depois dos anos de 1886/1887 os preços internacionais do café que vinham em queda recuperam-se.²⁵ Então sob condições favoráveis a expansão do plantio traz desdobramentos importantes no final do século XIX. O grande aumento no plantio faz com que ocorra uma especialização das fazendas em áreas exclusivas de plantação do café.

Esse desdobramento cria necessidade de que outras áreas, que não dominadas pelo café, produzam gêneros alimentares para a subsistência e principalmente para a reprodução da força de trabalho. Essa necessidade foi capaz de promover circuitos comerciais em que parte da renda gerada pela economia cafeeira era destinada a gastos em pequenos varejistas, vendedores de gêneros alimentícios. Esses vendedores poderiam manter sua produção e até mesmo ampliá-la, e com a renda obtida demandar bens e serviços das regiões urbanas o que trazia grandes possibilidades de desenvolvimento do circuito comercial e portanto um crescimento do mercado interno consumidor.

Também com a intensificação da imigração a partir dos anos da década de 1880²⁶ após melhorias nas condições promovidas pelo governo²⁷, ou seja, assalariamento de grande parte da mão-de-obra paulista resultou numa monetização da economia. A quantidade de moedas em circulação na economia brasileira, nessa época, aumentou.²⁸ Assim as trocas efetuadas com moeda aumentaram e este aumento exerceu função de facilitador de trocas. Estimulava-se o comércio interno à medida em que o dinheiro passava de comprador a vendedor e a possibilidade de uma pessoa colocar um bem ou serviço de consumo a venda, estimulava essa pessoa a participar do mercado e portanto ampliá-lo.

²⁵ Wilson Cano, *op.cit.*, p. 35 e 42.

²⁶ Sérgio Silva. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, 1976, p.38.

²⁷ Para esse ponto conferir o capítulo sobre mercado de trabalho.

Ainda sobre a grande expansão dos anos de 1886 a 1897, do plantio de café na região paulista. A produção trazida por essa expansão fez com que a oferta do café aumentasse e provocasse crise nos preços externos²⁹. Essa crise trouxe uma redução na margem de lucro dos produtores, dos que comandavam o capital cafeeiro, e portanto daqueles que “definiam o destino” da economia paulista. A capacidade desses produtores de realizarem investimentos, devido à acumulação de plantações anteriores, fazia com que procurassem por uma aplicação mais vantajosa em certo período. Ou seja, observadas as condições do nível de atividades e demanda da economia internacional, os produtores destinavam seu capital. E após os anos de 1850, dado a elevação dos preços internacionais do café³⁰, o destino de seu capital tinha sido freqüentemente a atividade cafeeira.

No entanto o excesso de oferta causado pela expansão cafeeira que levou os preços do café para baixo e por isso houve queda das margens de lucro desses produtores, fez com que nesse período o destino do capital a ser investido fosse reequacionado. Assim seriam liberados investimentos que procurassem diversificação de aplicação. Com isso parte do capital cafeeiro, investimentos diretos dos fazendeiros, transferiu-se para atividades urbanas como bancos, indústrias, comércio etc.³¹ Essa diversificação de investimentos resultou num aprofundamento das relações das atividades urbanas e contribuiu fortemente para desenvolvê-las.

Isso fazia com que o capital cafeeiro passasse a exercer diversas funções na economia brasileira. Assim fazendeiros participavam das atividades bancárias, possuíam parcelas de ações de companhias de estrada de ferro e, entre outras atividades, realizavam

²⁸ Warren Dean. A Industrialização de São Paulo, 1991, p.10.

²⁹ Wilson Cano, *op.cit*, p.85.

³⁰ Sérgio Silva, *op.cit*, p.23.

práticas de comércio como proprietários de casa de exportação por exemplo. Sérgio Silva mostra essa diversificação de atividades, usando o exemplo de dois grandes proprietários toledo Piza e A. Prado:

“Todos os dois eram grandes fazendeiros, isto é, proprietários de grandes extensões de terras consagradas ao café. Prado foi um dos principais personagens da marcha para o oeste... Mas também o proprietário de um dos primeiros bancos de São Paulo e do Brasil; um dos principais dirigentes do Ofício de Imigrantes; o mais importante acionista da Paulista (companhia de estrada de ferro)... Toledo Piza era o proprietário de uma das mais importantes casas de exportação de Santos e também ‘comerciante de terras’”.³²

Percebe-se então a importância desses possuidores do capital cafeeiro. A possibilidade de esses agentes mudar o “destino” da economia brasileira, com seu alto poder de inversão, era grande. A concentração das transformações sócio-econômicas em São Paulo é justificada, pois o grande capital, os grandes fazendeiros do café, encontravam-se nesse estado. E as condições de grande expansão cafeeira³³ serviam também para fazer dessa região um “pólo atrativo” da economia brasileira. Assim investimentos de outras regiões do Brasil foram atraídos em busca de lucratividade para seu capital previamente acumulado.

Outra variável que provocou mudanças e deu sustentação ao desenvolvimento da urbanização no final do século XIX no Estado de São Paulo foi a significativa melhoria do sistema de transportes. Essa melhoria possibilitou maior comunicação entre as cidades mais

³¹ Wilson Cano, *op.cit*, p.86 e 87.

³² Sérgio Silva, *op.cit*, p.59 e 60.

urbanizadas com as zonas produtoras de café. É possível imaginar que compras e até mesmo visitas traziam aumento da demanda por serviços, então, aprofundavam as relações comerciais entre essas áreas repercutindo numa aceleração das atividades comerciais.

Também o novo sistema de transportes contribuiu para o crescimento das cidades, na medida em que permitiu que fazendeiros dirigissem aos centros mais importantes. Viotti da Costa mostra essas transformações e aponta a grande contribuição desse sistema à urbanização:

“À medida que os fazendeiros mudaram-se para os grandes centros, cresceu a tendência em promover melhoramentos urbanos. Aumentou o interesse pelas diversões públicas, a construção de hotéis, jardins e passeios públicos, teatros e cafés. Melhorou o sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água. Aperfeiçoaram-se os transportes urbanos. O comércio urbano ganhou novas dimensões, bem como o artesanato e a manufatura. O processo foi favorecido pelo interesse que o capital estrangeiro teria nesse tipo de empreendimentos urbanizadores”.³⁴

As observações ao longo do tema urbanização mostram a importância desempenhada pela economia cafeeira. O desenvolvimento que esta atividade proporcionou à economia brasileira, neste período do final do século XIX, serviu como base ao crescimento das atividades urbanas. Mas cabe ressaltar que o próprio crescimento dessas atividades como a industrial, bancária, comércio varejista por exemplo através de efeitos de multiplicação participaram expressivamente do aprofundamento da urbanização nessa época.

³³ Como melhoria no sistema de transportes, crescente oferta de mão-de-obra, desbravamento de “novas terras” portanto mais produtivas. Essas são algumas das condições favoráveis.

³⁴ Emilia Viotti da Costa, *op.cit.*, p.215.

Capítulo III

Implantação e Desenvolvimento do Sistema Ferroviário na segunda metade do século XIX

Implantação e Desenvolvimento do Sistema Ferroviário na segunda metade do século XIX

O novo sistema de transporte implantado no Brasil, no século XIX, foi essencial para o desenvolvimento econômico brasileiro. A necessidade de um novo sistema devia-se ao crescimento da produção cafeeira que ao passar dos anos caminhava em direção ao interior do Brasil. Assim as estradas de ferro chegaram para substituir o antigo transporte. Este realizado através de carro de bois e por tropa de mulas, não era capaz de acompanhar o desenvolvimento econômico em marcha na época. As estradas de ferro começaram a funcionar em fins de 1850 e no decorrer do final do século atingiu regiões do Vale do Paraíba, norte de São Paulo e sudeste de Minas Gerais. Esse transporte atendeu a expansão cafeeira e a medida que as ferrovias penetravam pelo interior paulista a expansão prosseguia.

A importância das estradas de ferro e sua expansão para a economia brasileira, na segunda metade do século XIX, é evidente. E atribuições a esse transporte não faltam como indispensável, fundamental, condição para o desenvolvimento etc. Portanto não cabe aqui discutir a sua necessidade e sim mostrá-la.

Alguns autores, demonstrando a importância das estradas de ferro, falaram sobre esse assunto. Como Wilson Cano, “as ferrovias paulistas se constituíram numa das mais importantes atividades do complexo cafeeiro preenchendo múltiplos papéis”³⁵, Flávio Saes ao comentar a possibilidade de exportação do interior paulista, “... podemos concluir que

as ferrovias foram indispensáveis ao contínuo deslocamento do café rumo ao Oeste.”³⁶, região de grande produção cafeeira e ainda Sérgio Silva mais convicto, “ O desenvolvimento da economia cafeeira não teria sido possível sem as estradas de ferro.”³⁷

A cultura cafeeira, que cada vez mais seguia para o interior, para que continuasse a crescer, precisava de um novo meio de transporte. O interior paulista apresentava terras de alta produtividade³⁸, e os fazendeiros percebendo o aumento de suas margens de lucro, procuravam investir em novos plantios. Mas na medida em que o café invadia o interior encontrava um problema, a distância, que tornava alto o custo do transporte desse produto de exportação. Dessa forma estava colocado um obstáculo para o crescimento da economia cafeeira que seria resolvido através de um novo sistema de transporte, o sistema ferroviário.

Dado a importância das ferrovias é necessário observar o crescimento desse meio de transporte e as implicações trazidas pela sua implantação. O desenvolvimento das estradas de ferro no Brasil se acelera a partir da década de 1860 e tem seu maior crescimento nas décadas de 1870 e 1880.³⁹ Nestes anos São Paulo mostra sua importância na economia brasileira, apresentando mais de 36% da rede ferroviária de todo o território brasileiro.

³⁵ Wilson Cano. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, 1983, p.33.

³⁶ Flávio A. M. de Saes. *As Ferrovias de São Paulo...*, 1981, p.40.

³⁷ Sérgio Silva. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, 1976, p.50.

³⁸ Sua alta produtividade devia-se, “A fertilidade das terras, a menor idade média dos cafeeiros e as técnicas agrícolas mais eficientes...”. Conf. Wilson Cano, op.cit, p. 32.

³⁹ Sérgio Silva, op.cit, p. 52.

**Desenvolvimento da Rede Ferroviária no Brasil e em São Paulo.
(Extensão das linhas férreas em quilômetros)**

Ano	Brasil	São Paulo	São Paulo/ Brasil %
1854	14	-	-
1860	223	-	-
1865	498	-	-
1870	745	139	18,7
1875	1801	655	36,4
1880	3398	1212	35,7
1885	6930	1640	23,7
1890	9973	2425	24,3
1895	12.967	2962	22,8
1900	15.316	3373	22

Fonte: Saes, Flávio. op.cit, p. 24.

As repercussões da implantação do sistema ferroviário devem ser separadas: as ocorridas no Brasil e , em especial, na rede paulista. Na região do Brasil, exclusive “Oeste Paulista”, a produção de café já estava maturada devido entre outras características ao esgotamento da terra, provocado pela lavoura de café. Então a ferrovia nessa região não apresentava a característica de “descobrir” terras, ou seja atingir plantações de café com pouco tempo de existência, como no “Oeste Paulista”, assim as oportunidades de investimentos eram retardadas no tempo.⁴⁰ Mas sem dúvida a repercussão fundamental da implantação das ferrovias foi a grande redução dos custos de transporte, com conseqüente redução no custo da produção do café, que possibilitou a continuidade da expansão cafeeira. Também trabalhadores utilizados anteriormente no transporte passam a ser utilizados na lavoura, dado o problema da mão-de-obra que agrava nesse período dos anos de 1870 e 1880⁴¹, bem como possibilita para a economia brasileira maior rapidez de comunicação e transporte. A ação conjunta dessas implicações gerava, além de redução dos

⁴⁰ Wilson Cano, op.cit, p. 29 e 30.

⁴¹ O problema da escassez de mão-de-obra é tratado no capítulo sobre mercado de trabalho.

custos da produção, obtenção de um produto de melhor qualidade que permitia, assim, alcançar preços mais altos no mercado internacional.⁴²

Mas a implantação do sistema ferroviário encontrou problemas em seu início. Como condições encontradas do solo, clima e vegetação brasileira. Para mostrar esse fato Flávio Saes cita J.S. Duncan:

“A construção de ferrovias começou na década de cinquenta do século XIX. Ao construir estas estradas, os brasileiros se defrontaram com várias dificuldades. A topografia oferecia problemas especiais (...). Pesadas tempestades durante a estação chuvosa tornavam onerosa a construção e a manutenção. Não era fácil abrir vegetação tropical que cobria grande parte do país. A febre amarela e outras doenças tropicais consumiam vidas e energia”.⁴³

Nessa época dos primeiros anos da segunda metade do século XIX, como mostra J. S. Duncan, as condições enfrentadas pela implantação do sistema ferroviário foram desfavoráveis. Por isso a instalação e posterior desenvolvimento das estradas de ferro no Brasil, principalmente no estado paulista, deve-se à necessidade. Vencer as dificuldades citadas implicou em grandes gastos que são justificados pelo crescimento econômico, quase contínuo nessa época, que viabilizou esses gastos. Então esse crescimento econômico tornou necessário e ao mesmo tempo possibilitou que rompesse essas dificuldades para a instalação das ferrovias.

Para a instalação das ferrovias no Brasil foi utilizado tanto capital nacional quanto estrangeiro. Os fazendeiros da lavoura de café procuraram investir nesse transporte buscando redução no custo de sua produção bem como novo destino de aplicação de seu

⁴² Emilia Viotti da Costa. Da Monarquia à República, 1987, p. 197 a 199.

dinheiro. A expectativa de um aumento, potencial, das plantações de café, com novas áreas “descobertas”, trazia possibilidade de investimento lucrativo pois o volume de café transportado seria aumentado. Nessa perspectiva de investimento lucrativo, também, o capital estrangeiro, principalmente inglês, participa deste empreendimento. Já não eram somente necessários investimentos para trilhos, vagões por exemplo, mas sim toda uma infra-estrutura para o início da operação das ferrovias como eletricidade e investimentos para o desenvolvimento econômico gerado pela instalação das ferrovias como melhorias na região urbana. Isso justifica em grande parte o aumento dos investimentos britânicos no Brasil a partir do final do século XIX e início do século XX: ⁴⁴

Investimentos Britânicos no Brasil (1825-1905)
(em milhões de libras)

Ano	Brasil
1825	4
1840	6,9
1865	20,3
1875	30,9
1885	47,6
1895	93
1905	122,9

Fonte: Silva, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, in *Storia Contemporanea*, Roma, 1971, pp. 496 e 500.

O traçado das ferrovias construído no Brasil, especialmente em São Paulo, foi determinado pela expansão cafeeira e acompanhado de perto pelos interesses dos fazendeiros do interior paulista. As empresas ferroviárias também mostraram interesse em reservar áreas de influência. A afirmação, citada por Flávio Saes, ilustra esses interesses e deixa evidente o traçado das ferrovias:

⁴³ Flávio Saes, *op.cit.*, p. 25.

“O desenvolvimento das vias férreas não obedeceu a um plano sistemático; ele foi comandado pelos interesses dos administradores, produtores e comerciantes do café.”⁴⁵

Com a instalação e desenvolvimento do sistema ferroviário a economia brasileira sofre algumas transformações. Como a grande redução no custo da produção, já que ocorre barateamento no transporte de café. Deslocamentos dos plantios de café para o interior de São Paulo, permitido pelo alcance ferroviário. Elevar economicamente a produtividade física do café.⁴⁶ E ainda apresentar, com quase certa lucratividade, um setor que atraiu investimentos e ao gerar lucro criava oportunidades da ampliação do setor ou ainda diversificação de investimentos.

Através do transporte feito pelas estradas de ferro o custo da produção caiu sensivelmente. Também o produto transportado, o café, chegava em melhores condições para ser exportado. Pois antes, com o transporte feito por mulas, sofria com as variações no clima, chuvas fortes por exemplo, e ainda acidentes no relevo. Alguns estudos foram feitos sobre essa redução nos custos. Como a comparação de custos entre tropas e as ferrovias citada por Flávio Saes:

“Sobre os custos de transporte do sistema de tropas, duas referências nos indicam o quanto podia constituir-se num obstáculo à circulação de mercadorias:

‘ Basta dizer que o transporte, que então se fazia por meio de tropas muares, custava cerca de 440 réis por arroba de café, ao passo que pela via férrea a despesa poderia baixar a 140 réis, permitindo assim a economia de mais de 60%

⁴⁴ Sérgio Silva, *op.cit*, p. 30.

⁴⁵ Flávio Saes, *op.cit*, p. 67.

⁴⁶ Wilson Cano, *op.cit*, p. 34.

em benefício do produtor' Relatório da Companhia Paulista de Estradas de Ferro para a Assembléia Geral.- 30/06/1918, Casa Vanorden, São Paulo, 1918, p.6.”⁴⁷

Outro estudo foi apresentado por Sérgio Silva feito por A.d'E. Taunay, mostrando a importância das estradas de ferro:

“... considerando que o preço do transporte pelo trem era seis vezes inferior as tropas de mulas, ele estima a economia realizada somente pelas Estradas de Ferro Pedro II, entre 1860 e 1868, em 48.677 contos. Somente para o ano de 1868, essa economia é estimada em 9.393 contos, ou seja, mais de 10% do valor total das exportações brasileiras de café nessa época”.⁴⁸

Ainda, para reafirmar, a diminuição dos gastos com transporte e conseqüente redução dos gastos da produção, o que serviu de sustentação a crescente expansão cafeeira no final do século XIX, Wilson Cano assinala alguns números:

“Pelas informações contidas em alguns estudos, os gastos com o transporte do café montariam, antes de 1867 entre Jundiaí e Santos, em cerca de 33% do preço de exportação; por volta de 1863, de Campinas a Santos aquele montante seria pouco superior a 40% e, para a região de Rio Claro a Santos, por volta de 1857, esse custo teria sido de aproximadamente 50%. Com as ferrovias os custos de transporte do café caíram sensivelmente, situando-se em média, em torno de 20% do preço da saca de café exportada. Isso permite concluir que, em média, houve

⁴⁷ Flávio Saes, op.cit, p. 40.

⁴⁸ Sérgio Silva, op.cit, p. 51.

uma diminuição dos custos cafeeiros em montante equivalente a cerca de 20% dos preços de exportação”.

Outra transformação sócio-econômica ocorrida no Brasil foi a apropriação de terras, dada no interior paulista. Esta apropriação tomou-se possível com o sistema ferroviário que se espalhou por São Paulo. Invadiu áreas virgens, valorizou as propriedades já existentes e tornou a terra, potencialmente rica, na grande região produtora de café no Brasil. A expansão ferroviária aconteceu sobre as inaugurações das companhias de estradas de ferro na década de 1870. A companhia Paulista inaugurada em 1872 e as companhias Mojiana e Sorocabana no ano de 1875 formam a essência da rede ferroviária de São Paulo. A participação das “3 grandes” chega a quase 80% do total das ferrovias no Estado de São Paulo em 1905:

**Desenvolvimento da Rede Ferroviária de São Paulo e Participação da Paulista, Mojiana e Sorocabana.
(Extensão das linhas férreas em quilômetros)**

Ano	São Paulo	Paulista	Mojiana	Sorocabana	Três/São Paulo %
1867	139	-	-	-	-
1870	139	-	-	-	-
1875	655	58	106	108	41,5
1880	1.212	224	203	145	47,2
1885	1.640	243	368	186	48,6
1890	2.425	250	784	340	56,7
1895	2.962	791	833	636	76,3
1900	3.373	807	909	905	77,7

Fonte: Saes, Flávio. op.cit, p. 29.

O conjunto dessas ferrovias serviu a economia cafeeira e o crescimento desse conjunto era determinado pelo volume de café transportado. Quando esse volume atingiu números que se traduziam em lucro o sistema ferroviário apresentava-se como setor alvo de investimentos. Um número maior de fazendeiros poderia então além de ampliar sua produção de café, diversificar seus investimentos participando da ampliação da rede ferroviária. Dividendos da aplicação eram recebidos em forma de dinheiro e melhoria na infra-estrutura para a economia da região. Assim já que as ferrovias tornaram-se um empreendimento rentável, serviam de “destino” de capitais vindos do excedente da cultura cafeeira e proporcionavam “origem” de novos capitais.⁴⁹

Finalmente foi observado como transformação na economia brasileira nesse período um aumento econômico da produtividade física do café. Com as ferrovias tornou-se possível, como já foi dito, alcançar regiões que antes eram economicamente inviáveis. O antigo sistema de transportes, tropas de mulas e carro de bois, era incapaz de atingir essas regiões. Por isso plantações com certa distância do local de exportação do café estavam condenadas a perdas. Além disso, o tempo do transporte nesse antigo sistema era tal que em fazendas mais distantes o café muitas vezes armazenado não “sobrevivia” a espera pelo transporte. Também dadas às condições precárias desse antigo transporte era comum perda de parte do produto ao longo do transporte. Então com a implantação do sistema ferroviário a economia brasileira assistiu a uma considerável diminuição desses problemas. E assim uma maior velocidade e melhoria nas condições de transporte as ferrovias possibilitaram a elevação da produtividade física do café. A produção aperfeiçoava-se e a expansão cafeeira tinha continuidade.

⁴⁹ Wilson Cano, *op.cit*, p. 53.

Outra importância dada as estradas de ferro é a participação dessas no início da industrialização brasileira. O sistema ferroviário ao ser instalado exigiu para seu pleno funcionamento meios de manutenção. Era necessário fazer substituição de peças, montagem de equipamentos importados, reparos mecânicos etc. Para isso foram instaladas oficinas de reparo, montagem e até mesmo construção de peças necessárias às ferrovias e até mesmo, oficinas de reparo construíam vagões⁵⁰. Formava-se, então, uma mão-de-obra distinta da presente nas lavouras de café.

⁵⁰ Wilson Cano, *op.cit*, p. 53.

Capítulo IV

Desenvolvimento Industrial Brasileiro na segunda metade do século XIX

Desenvolvimento Industrial Brasileiro

na segunda metade do século XIX

Até os anos de 1850 o investimento na indústria brasileira é limitado. Os acordos comerciais assinados a partir de 1810 beneficiam a Grã-Bretanha e outros países na medida em que permitem concessões tarifárias aos produtos desses países. A economia brasileira no período anterior a metade do século XIX não possui proteção para a indústria, pois essa atividade tem importância secundária quando comparada ao setor agrícola-exportador. Além disso, nesse período, a economia brasileira encontra-se apoiada no trabalho escravo e isso traz dificuldades para a diversificação da economia.⁵¹

A partir da segunda metade da década de 1850 o investimento, provavelmente, no setor industrial, aumenta. Esse é um período em que os preços do café aumentam e as exportações de algodão encontram-se em expansão. Esses prováveis investimentos dirigem-se à indústria cujo setor, nessa época, ainda é pouco desenvolvido pois destinava-se apenas à produção de panos grossos de algodão, chapéus e calçados, geralmente obtidos através de processos manuais.⁵²

Somente na segunda metade da década de 1860 que o investimento na indústria acelera-se. E a partir disso o setor industrial apresenta alguns surtos de crescimento ao longo do final do século XIX. Wilson Suzigan assinala os seguintes períodos: 1) entre fins

⁵¹ Wilson Suzigan. Indústria Brasileira- Origem e Desenvolvimento, 1986, p. 77.

⁵² *Ibidem*.

da década de 1860 e início da de 1870 e 2) entre fins da década de 1880 e princípios da de 1890. Assinala também os períodos das principais recessões como na segunda metade da década de 1870 e entre fins da década de 1890.⁵³ Cabe agora discutir brevemente esses períodos com objetivo de conhecer sob quais condições macroeconômicas ocorre o desenvolvimento da indústria brasileira nos anos de 1869 ao final do século XIX.⁵⁴

O período que compreende os anos de 1869 e 1873 é caracterizado por uma expansão do setor exportador, tanto do café quanto algodão, da economia brasileira. Também por apresentar políticas econômicas expansionistas e aumento do investimento. Nesses anos o governo aumenta suas despesas com a Guerra do Paraguai que são financiadas via expansão do estoque monetário. Portanto políticas monetária e fiscal expansionistas. Estas provocam um aumento na demanda da economia que é somada aos ganhos de receitas através da expansão do setor exportador. Essa política inflacionária adotada pelo governo dada a expansão das políticas monetária e fiscal, causou depreciação da taxa de câmbio (1865-1868) e como parte do financiamento dos gastos governamentais vieram de taxas aduaneiras, que foram aumentadas, produziu-se uma condição favorável à indústria brasileira. Mas essa política inflacionária foi interrompida o que reduziu a proteção da produção nacional. Apesar disso essa política contribuiu para um aumento dos investimentos na indústria(1870-1873) pois os equipamentos que eram importados, com a apreciação cambial e redução dos encargos aduaneiros produzidos pela política deflacionária, tornaram-se mais baratos e a indústria nacional pode-se modernizar. A mecanização das indústrias de tecidos, introdução de máquinas de costura por exemplo ocorrem nesse período.

⁵³ Wilson Suzigan, *op.cit*, p.78 e 79.

Os anos de 1874 a 1879 são conhecidos pela existência de políticas deflacionárias, contração das exportações e queda do investimento. Ou seja o período anterior de expansão de investimento foi paralisado em 1874 quando o investimento cai até o ano de 1879. A política deflacionária implantada nesses anos promoveu uma redução no estoque de moedas causando um declínio no nível geral de preços. Os anos entre 1874 e 1876 foram marcados por uma recessão e séria crise bancária em 1875 mantendo baixo o nível de atividades da economia. A política comercial foi alterada via redução dos direitos de importação, também o mil-réis valorizou-se. Isto causou um problema na competitividade da indústria nacional, causando redução da atividade industrial e até mesmo fechamento de indústrias.

O período que vai de 1880 a 1895 ficou marcado por uma expansão das exportações, política monetária expansionista e aumento do investimento. Um dos mais longos períodos de expansão dos investimentos no setor industrial. Pois nessa época com a expansão das exportações gerando um crescimento da renda nacional, realiza-se a construção das estradas de ferro o que aumenta os investimentos e a promoção da imigração. Estes possibilitam aumento do mercado para os produtos industrializados e também da força de trabalho. No final da década de 1880 o governo instala uma política monetária expansionista o que contribui positivamente para o pico dos investimentos em 1890-1891. A grande expansão no estoque de moeda e as facilidades de crédito além de provocar uma onda especulativa que resultou na conhecida crise do encilhamento também resultou num pico de investimentos.⁵⁵

Já o final do século XIX e início do XX apresentou-se como um momento na economia brasileira de crise. Ocorreu nesse período uma crise cafeeira, foram aplicadas

⁵⁴ Para discussão desses períodos Wilson Suzigan, op.cit, p. 79 a 83.

políticas deflacionárias e o investimento sofreu queda. A crise do setor exportador trouxe redução das receitas e da renda real da economia a partir de 1896. A política deflacionária do governo aprofundou ainda mais a crise e os investimentos em diversos setores da indústria foram cortados. Esse período ficou marcado como uma das mais graves crises da economia brasileira.

Além dos condicionantes macroeconômicos destacados acima se deve também ter consciência da base sócio-econômica em que se desenvolve a indústria nacional na segunda metade do século XIX.⁵⁶

O setor industrial nascente encontrou mercado para seus produtos manufaturados a partir da expansão econômica cafeeira. Roupas deveriam ser produzidas para a força de trabalho, sacos para embalar o produto de exportação eram necessários, além da produção de bens alimentares passados por algum processo industrial e equipamentos. Esses apresentavam relação direta com a economia cafeeira. Indiretamente também o setor exportador repercutindo em desenvolvimento da economia brasileira como implantação das ferrovias, comércio interno em expansão, aparecimento do sistema bancário, movimento de urbanização e a promoção da imigração também geravam um mercado consumidor para os produtos industrializados.

Quanto à oferta de trabalhadores o setor industrial contou, nesse período, com mão-de-obra barata. Na época anterior a abolição da escravidão as indústrias utilizavam pequena quantidade de mão-de-obra escrava, a maioria dos trabalhadores eram os conhecidos por “brancos livres pobres” e estes recebiam uma remuneração muito baixa. No final do século XIX a indústria passou a beneficiar-se da grande entrada de trabalhadores imigrantes que

⁵⁵ Wilson Cano, op.cit, p.145 e 146, também assinala a importância dessa política monetária expansionista.

vinham principalmente para a atividade cafeeira mas participaram expressivamente da força de trabalho da indústria brasileira.

Em relação a matérias-primas estas eram em grande maioria importadas, a indústria de tecidos que contava com a cultura do algodão era uma exceção. Por isso era necessário que a economia brasileira apresentasse capacidade para importação. Essa capacidade era obtida através do setor exportador que gerava divisas, daí a forte dependência do setor industrial ao exportador nesse período.

As indústrias contavam nessa época, em sua maioria, com a energia a vapor. O carvão necessário era todo importado e assim reforçava a dependência do setor industrial ao exportador para que este gerasse capacidade para importação. A fonte hidrelétrica como energia viria somente no século XX.

O setor industrial também não contou com assistência governamental. A proteção aduaneira era baixa e além disso quando esta aumentava prejudicava a indústria na medida em que esta era fortemente dependente de insumos importados. O governo, nessa época, não tinha como objetivo principal efetuar uma política industrial de maneira explícita.

Finalmente o capital utilizado para investimento industrial, nesse período, era proveniente, em sua maioria, de fontes ligadas à economia do setor exportador. O setor cafeeiro investiu diretamente no setor industrial no século XIX. A renda conseguida através do comércio de importação e exportação do café também contribuiu para investimentos nas indústrias. Os investimentos estrangeiros tiveram pequena participação, nessa época, na industrialização. Para esta foi importante, também o reinvestimento dos lucros obtidos que contribuiu para a expansão industrial.

⁵⁶ Para esse ponto Wilson Suzigan, *op.cit.*, p. 117 a 122.

Depois de conhecida em que condições econômicas ocorre o desenvolvimento da indústria brasileira nesses anos, deve-se agora apresentar algumas interpretações sobre esse desenvolvimento industrial. Dado os objetivos do trabalho serão privilegiadas as interpretações sob a “ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações” e a baseada no “desenvolvimento do capitalismo no Brasil, (ou o ‘capitalismo tardio’)”. A primeira interpretação será representada por Dean⁵⁷ e a segunda por Cardoso de Mello⁵⁸, Silva⁵⁹ e Cano⁶⁰.

Para essa última interpretação a economia cafeeira criou condições favoráveis para a emergência do capital industrial. Como um processo prévio de acumulação de capital para que se pudesse investir no setor industrial. Assim a economia cafeeira gerou alto nível de renda, pois o café sendo o principal produto de exportação brasileira, tornou-se possível obter recursos e através disso trouxe capacidade de importação para a economia brasileira.⁶¹

Também para possuir sustentação a emergência do capital industrial necessitava da formação de um mercado de trabalho livre. Este mercado foi preenchido através do grande número de imigrantes vindo principalmente da Europa. A indústria beneficiou-se desses trabalhadores, que vieram para fornecer mão-de-obra à economia cafeeira, pois acabaram proporcionando força de trabalho barata e abundante para o setor industrial. E a medida em que a economia passava pelas crises do café, imigrantes dirigiam-se em parte a atividade industrial.⁶²

⁵⁷ Warren Dean. *A Industrialização de São Paulo*, 1991.

⁵⁸ J.M. Cardoso de Mello. *O Capitalismo Tardio*, 1982.

⁵⁹ Sérgio Silva. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, 1976.

⁶⁰ Wilson Cano. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, 1983.

⁶¹ Wilson Cano, op.cit, p.122.

⁶² Wilson Cano, op.cit, p. 50.

A atividade cafeeira, com sua capacidade para importar, também possibilitava o consumo dos trabalhadores e dos empresários. Os bens de consumo para a força de trabalho como alimentos e produtos de vestuários necessários para a reprodução desses trabalhadores eram conseguidos através das divisas geradas pela exportação de café. Bem como os produtos dos empresários como insumos e equipamentos para a implantação e manutenção do setor industrial.⁶³

O trabalhador imigrante, que representa principalmente a formação do mercado de trabalho, participa também do mercado interno consumidor.⁶⁴ Ou seja com seus salários vão consumir produtos industriais como bens de consumo para sua subsistência. O assalariamento dos trabalhadores da economia permitia também que uma porcentagem maior da população consumisse esses bens e assim ampliasse o mercado interno. Essa ampliação caracterizou como condição favorável a emergência da indústria brasileira pois os produtos industrializados precisavam de um mercado consumidor.

Na interpretação desses autores, sob enfoque do “capitalismo tardio”, o capital industrial que forma a indústria brasileira é um prosseguimento do capital cafeeiro ou seja do setor agrícola de exportação. Então o setor industrial é dependente da economia cafeeira. E este é dependente da atividade econômica internacional, pois a economia agrícola de exportação depende essencialmente da demanda internacional de café.

O capital industrial estava contido num conjunto de atividades que formava o capital cafeeiro. Assim como as estradas de ferro, portos, serviços bancários, comércio de importação e exportação faziam parte. E como todas essas atividades o setor industrial dependia fortemente do setor agrícola de exportação. Mas nesse enfoque do “capitalismo

⁶³ J.M. Cardoso de Mello, *op.cit*, p. 156.

tardio” é defendida a não-linearidade entre expansão do setor exportador e o crescimento da indústria.

Demonstra-se nesse enfoque que no início de uma crise do setor exportador o setor industrial é afetado de forma negativa. Mas que ao passar o período inicial dessa crise a indústria recupera-se. O raciocínio utilizado por Wilson Cano explica essa situação.⁶⁵ Mostra a expansão do café dada em forma cíclica. Uma expansão no plantio cafeeiro vem seguido de um aumento na produção e quando essa produção é apresentada ao mercado os preços do café caem. A medida que os preços entram em baixa abre-se margem, já que a lucratividade fica comprometida, para diversificação dos investimentos em outras atividades tais como bancos, estradas, indústrias, usinas etc. Cabe notar também que tendo em consideração o tempo entre o plantio e a colheita de aproximadamente cinco anos, nesse intervalo de tempo os cafeeiros mais antigos já estão gerando lucro e assim parte desses lucros podem ser levados à indústria mesmo na fase de expansão.

Mas é na fase em que ocorre a baixa dos preços internacionais trazendo como resultado a queda na lucratividade, que a busca em sustentar as margens de lucro leva a aplicação deste em diversificação do investimento. Promovendo assim saída de recursos da exclusividade do setor agrícola de exportação para o setor industrial. Então passada a fase inicial da crise, imposta pela redução dos preços do café, a indústria brasileira não necessariamente entrava em retração, mas ao contrário poderia experimentar nesse período de crise do setor agrícola exportador uma fase de crescimento.

E para que esse crescimento do setor industrial ocorresse, mesmo num período de depressão dos preços internacionais do café, com importância maior uma condição deveria

⁶⁴ Sérgio Silva, *op.cit.*, p. 98.

ser atendida. A condição necessária estava na esfera do protecionismo alfandegário. Isto serviria como proteção à indústria nacional que não possuía competitividade com produtos internacionais similares. Se essa condição não fosse atendida, provavelmente com a falta de estímulos, esses recursos com destino a diversificação seguiriam em sua maioria para outro caminho como títulos da dívida pública, estradas de ferro, por exemplo.

Ainda sobre a depressão dos preços internacionais do café se o estado promove uma desvalorização cambial que quer dizer passar a queda dos preços para um nível mais suave. Essa medida “protege” o nível de lucratividade da atividade cafeeira o que mantém as possibilidades de investimento no setor industrial. No entanto é necessário que a economia cafeeira possuísse capacidade para importação pois com a desvalorização o preço dos produtos importados, relativamente, aumentam e estes são utilizados para a reprodução da força de trabalho, via produtos de bens de consumo, e a manutenção e crescimento da indústria através da importação de insumos e equipamentos.

A outra interpretação, representada aqui por Warren Dean, segue a “ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações”. Essa visão afirma haver uma relação direta entre a atividade do setor agrícola exportador e o desenvolvimento industrial. Ou seja a indústria se desenvolveu em períodos de expansão do setor exportador e retardou frente uma crise das exportações. O comércio do café gerou a indústria pois; com a generalização do uso de moedas e aumento da renda interna o mercado interno poderia consumir os produtos manufaturados; os investimentos em estradas de ferro e infraestrutura alargaram esse mercado; ao fazer crescer o comércio de importação e exportação deu base a distribuição dos produtos industriais; e ao promover a imigração alargou o

⁶⁵ Wilson Cano, *op.cit*, p. 122 e 123.

mercado interno consumidor e também a oferta de mão-de-obra. Dean mostra um estudo das origens do capital e dos empresários industriais e a importância dos cafeicultores na diversificação da economia, investidores diretos em bancos, estradas de ferro, promoção da imigração e até mesmo da indústria.

Após apresentado essas duas interpretações sobre desenvolvimento industrial é também de grande importância conhecer o “perfil” industrial brasileiro na segunda metade do século XIX. Assim analisa-se em que “grau” de desenvolvimento encontrava-se a indústria nacional nos anos finais do século XIX. E a partir disso chegar a uma conclusão em qual estágio de desenvolvimento a indústria brasileira parte para o século XX.

A segunda metade do século XIX apresenta a seguinte estrutura industrial:⁶⁶ as indústrias têxteis compostas pela produção de tecidos de algodão, de juta, de lã e de seda. Os tecidos de algodão e de juta desenvolveram a partir de década de 1870 e 1880 respectivamente através de surtos de investimento nesses períodos. Os tecidos de lã e de seda não chegaram a ter um desenvolvimento expressivo nesse século.

A indústria de chapéus teve seu desenvolvimento iniciado nos anos de 1830 e já na década de 1860 a mecanização da produção foi alcançada com a introdução de máquinas geradoras de força motriz, máquinas de costura etc. Mas os investimentos aumentaram sensivelmente nas décadas de 1880 e 1890 com instalação de várias fábricas de chapéus. Assim essa indústria já estava com seu desenvolvimento pleno no final do século XIX.

A indústria de calçados já participava da economia brasileira desde o início do século XIX com processos manuais e oficinas pequenas de trabalho, conhecida por sapataria. A partir da década de 1870 com a instalação de máquinas a produção dessa

⁶⁶ Wilson Suzigan, op.cit, p.109 a 112.

indústria aumenta. Também as décadas de 1880 e 1890 são marcadas por ser a fase de desenvolvimento mais significativo.

Pelas descrições feitas acima se pode concluir que a economia brasileira recebe um certo número de máquinas, entre estas a máquinas de costura. Por isso torna-se possível imaginar que nesse período ocorreu também desenvolvimento da indústria de vestuário, isto a partir dos anos da década de 1880.

Os primeiros grandes moinhos de trigo já foram estabelecidos entre os fins da década de 1880 e início da de 1890. Estes permanecem nesse número até início do século XX quando somente nesta época aumentaram de número.

A indústria do açúcar que fabricava e fazia o refino do açúcar começou na década de 1870 com introdução dos engenhos centrais, mas estes engenhos apresentaram resultados improdutivos. A partir da década de 1890 foram feitos investimentos para a construção de modernas usinas de açúcar, no entanto esses investimentos sofreram impacto da queda dos preços do açúcar no mercado internacional o que desestimulou essas atividades.

Entre fins da década de 1880 e início da de 1890 a indústria brasileira de cerveja foi quase toda estabelecida. De tal forma que no final do século, o consumo interno de cerveja estava praticamente todo atendido.

Da mesma forma os investimentos em fábricas de fósforos concentraram-se nos mesmos anos da indústria de cervejas. Também esta produção no final do século XIX já atendia a demanda do mercado interno de modo que as importações desse produto não se faziam mais necessária.

As indústrias metal-mecânicas receberam investimentos, no período dos anos entre 1850 e 1880, aumentaram e trouxeram a instalação de fundições e oficinas que fabricava, em sua maioria, artigos de metal, máquinas e equipamentos para o setor agrícola-exportador, também servia para o setor de transportes. E na década de 1890 os investimentos nesse setor aumentaram tornando possível a produção em maior número de equipamentos e peças para o setor de transportes.

Também são assinalados no período do final do século XIX investimentos em setores da indústria de papel e celulose que produz apenas papel de embrulho grosseiro e artigos de papel, além de registradas atividades nos setores de sabões e velas.

Após essa descrição resumida dos setores industriais existentes na economia brasileira no período da segunda metade do século XIX, algumas conclusões podem ser retiradas. Como a maioria da atividade industrial nessa época ser quase exclusivamente voltada para a produção de bens de consumo corrente. O investimento industrial, na medida em que era quase todo destinado ao setor de bens de consumo corrente, não apresentava diversificação. A indústria era um dos setores da economia que complementava o setor agrário-exportador, ou seja, sua produção era destinada a reproduzir a força de trabalho através dos bens de consumo como alimentos e vestuários além de produzir peças e alguns equipamentos, insumos que direta ou indiretamente abasteciam o setor exportador. Através desta atividade a indústria brasileira a medida em que se desenvolvia era capaz de substituir importações. Também o período que se concentrou os investimentos e portanto significativo desenvolvimento industrial foi nos anos das décadas de 1880 e 1890.

Parte II

Introdução

O período tratado nesta parte do estudo refere-se aos anos finais do século XIX, em particular as décadas de 1880 e 1890. Como já assinalado anteriormente é um período de significativas transformações ocorridas na economia brasileira no âmbito sócio-econômico. Deste pretende-se destacar especificamente as mudanças de ordem macroeconômica, sobretudo uma observação acerca do desenvolvimento da chamada economia internacional e as imposições desta sobre a economia brasileira. Para isto mostrou-se fundamental, por exemplo, apresentar o papel desempenhado pela Grã-Bretanha, quanto ao “comando” em nível internacional sobre o restante das economias nacionais. Também foi necessária uma compreensão de alguns números sobre a economia brasileira que de certo modo colocam em evidência a participação e a relação internacional desta economia.

O quinto capítulo chama-se O Brasil e a Economia Internacional no Final do Século XIX. Este assinala para a importância do Banco da Inglaterra em alterar a política interna da taxa de juros e o processo de ajustamento internacional em função dessa alteração. Sendo que este processo ocorria sobre um sistema monetário internacional conhecido por padrão-ouro. Nesse capítulo leva-se em consideração duas análises para o processo de ajustamento macroeconômico internacional e os conseqüentes efeitos de transmissão sobre as economias não desenvolvidas, entre estas a brasileira, as quais sejam de Celso Furtado e Gustavo Franco. Utilizando-se disso a parte final do capítulo 5 preocupa-se com a inserção brasileira no cenário da economia internacional investigando alguns dados econômicos, pois no período em questão a economia brasileira atravessa uma situação de grande

instabilidade macroeconômica. Destaca-se neste capítulo uma análise acerca de um indicador de solvência quanto ao pagamento da dívida externa brasileira entre os anos de 1889 e 1890.

O sexto capítulo Política Econômica Brasileira no Final do Século XIX trata das práticas de política econômica efetuadas pelo governo em duas fases distintas. A primeira de grande expansão monetária e a segunda uma fase de contração monetária, sendo que nas duas fases o problema colocado, e que se pretende resolver, é do mercado cambial que apresenta uma seqüência de depreciações cambiais. Destaca-se um período de turbulência no cenário internacional, expresso numa crise inglesa que remete à desconfianças quanto as economias da América Latina, em especial a brasileira, impondo restrições aos fluxos de capitais. Também são notáveis os efeitos da variação da taxa de câmbio sobre o setor exportador e o montante da dívida externa brasileira expressa em moeda nacional.

O final da segunda parte deste trabalho compreende um anexo estatístico, com intenção de fornecer a base de dados utilizada, composto do balanço de pagamentos brasileiro na última década do século XIX, elaborado no estudo de Gustavo Franco.

Desse modo a segunda parte do trabalho pretende construir uma base de elementos macroeconômicos tanto em nível internacional como nacional. Com esta base num formato de análise mais específico, o qual seja macroeconômico, apreende-se em fundamentos que contribuam para o estudo das transformações sócio-econômicas em processo na economia brasileira no final do século XIX.

Capítulo V

O Brasil e a Economia Internacional no final do século XIX

5.1. A Economia Internacional

As últimas décadas do século XIX são caracterizadas pelo desenvolvimento do que se consolidaria em “a economia internacional”. É neste período da história econômica que o comércio internacional apresenta grande crescimento, além disso significativos movimentos internacionais de fatores de produção são observados.⁶⁷ O cenário macroeconômico mundial é de relativa estabilidade, baseado no sistema monetário padrão-ouro.* No entanto é notável nessa época, a presença de certo grau de instabilidade nos países centrais e em maior escala nos países da periferia, dentre estes o Brasil, evidenciando assim uma relativa problemática no padrão-ouro. Um estudo acerca dos impactos sofridos pela economia brasileira, levando em consideração esse cenário internacional, deve ser ponderado.

A análise de Celso Furtado⁶⁸ sobre o sistema monetário internacional, padrão-ouro, vigente no final do século XIX, resume-se essencialmente na diferenciação necessária, para este autor, que deve ser feita quanto a repercussões conseqüentes de desequilíbrios em balanço de pagamentos, entre países centrais e periféricos. Para Furtado a teoria de comércio internacional, utilizada na época, explicava a realidade dos países europeus, ou seja economias centrais. Esta explicação considerava que todos países estavam sob as

⁶⁷ Franco (1991, p. 13).

* Esse sistema baseava-se na disponibilidade, garantida por cada país, de uma reserva metálica ou de uma moeda, aceita internacionalmente como a libra, num volume capaz de cobrir déficits ocasionais do balanço de pagamentos de cada país. Além disso deveria existir a garantia de conversibilidade, ou seja, um país deveria possuir a propriedade de que a moeda nacional deste fosse conversível em ouro. Também havia que existir liberdade para movimento de entrada e saída de ouro no âmbito internacional e a vigência de taxas fixas de câmbio. Por exemplo, Gonçalves (1998, p. 274-275).

⁶⁸ Furtado (1991, cap. XXVII).

regras do padrão-ouro. Desse modo se um país apresentasse um déficit comercial, volume de importação maior que o de exportação, gerando assim um desequilíbrio no balanço de pagamentos, esse país deveria exportar ouro, vale dizer perderia reservas internacionais. Como internamente os países guardavam certa proporção entre os volumes de ouro e dinheiro em circulação, este diminuiria com a saída de ouro. De acordo com a teoria quantitativa da moeda esse movimento resultaria numa queda de preços, estimulando assim as exportações e inibindo as importações o que traria uma correção do desequilíbrio do balanço de pagamentos.⁶⁹ Na opinião de Furtado esse seria o ajustamento para os economistas europeus.

No entanto, para este autor, o processo de ajustamento macroeconômico das economias periféricas ocorria de outra forma. Antes da elaboração desse processo Furtado faz uma ponderação quanto ao coeficiente de importação de uma economia, ou seja, numa economia central, geralmente, esse coeficiente mostrava-se baixo, quer dizer o gasto nacional com importações era relativamente baixo, já numa economia periférica e particularmente na economia brasileira, no final do século XIX, o coeficiente de importação é muito significativo. Por isso dependerá desse coeficiente a dificuldade do ajustamento de um desequilíbrio no balanço de pagamentos. Além disso a pauta de exportações brasileiras, nesse período, era concentrada sobretudo no produto agrícola café.

Assim quando se explicitava uma crise nas economias centrais a procura por produtos agrícolas entrava em queda com a conseqüente baixa nos preços, trazendo redução

⁶⁹ A Teoria Quantitativa da Moeda diz que um aumento do volume de dinheiro em circulação resulta num aumento proporcional do nível de preços, analogamente o raciocínio oposto também é válido. Uma queda nos preços resultado de uma redução do dinheiro circulante torna as exportações com preços mais competitivos e ao mesmo tempo coloca as importações em maior concorrência pela desvalorização da taxa real de câmbio. Por exemplo, Lopes (1992).

da entrada de divisas para as economias agrário-exportadoras, como a brasileira. A situação do balanço de pagamentos do Brasil, portanto, entrava em desequilíbrio. A partir dessas considerações, Furtado estabelece um raciocínio de mecanismos de transmissão de uma crise econômica, contrastando as economias centrais, industrializadas, frente às periféricas.

Nas economias industrializadas o ciclo econômico é relacionado com a variação do volume de investimentos, inversões. Quando ocorre uma rápida redução desse volume deflagra-se uma crise econômica nestes países. Causando, assim, uma queda generalizada da procura por produtos com impactos que geravam uma redução ainda maior dessa demanda. Esse processo acompanhava uma contração nas importações e “queima” de estoques. A notícia da crise fazia com que os importadores, prevendo uma redução na procura por importados, principalmente os produtos primários das economias dependentes, suspendendo seus pedidos, conduzindo o preço destas mercadorias para baixo. No lado das empresas, estas apresentavam redução da liquidez, dada a contração das vendas. Isto fazia com que as empresas buscassem liquidez, inclusive a que se encontrava disponível no exterior como investimentos em economias periféricas. Resultado dessa transmissão da crise é que, para as economias centrais, ocorria uma contração no volume de importações, baixa nos preços destas mercadorias e entrada de capitais.

Nas economias dependentes a transmissão da crise econômica se apresentava de forma distinta dessa descrita acima. O impacto inicial da crise, numa economia periférica, é a redução dos preços dos seus produtos exportados e do volume das exportações. O efeito seguinte é a constituição de um desequilíbrio no balanço de pagamentos, somando a redução da receita das exportações em maior proporção que os gastos com importações e na opinião desse autor à conta capital brasileira não representava um valor, e este era ainda

menor em períodos de crise, significativo para compensar as saídas de reservas. Então diferentemente das economias industrializadas, seria necessária a existência de elevado volume de reservas de ouro para que as economias periféricas conseguissem reequilibrar seu balanço de pagamentos.⁷⁰

Outra análise a ser estudada é a de Gustavo Franco⁷¹ que destaca a existência de assimetrias nos mecanismos de ajustamento na economia internacional em escala global. Para isso deve-se compreender a administração do sistema monetário internacional que, no final do século XIX, estava diretamente ligada as políticas macroeconômicas da Grã-Bretanha, ou seja, esta economia possui papel central, exerce forte influência, no comércio e nas finanças internacionais.

Justifica-se esse “gerenciamento” da economia inglesa sobre o mundo capitalista, que ganha força ao longo da segunda metade do século XIX, pelas mudanças por que passa a Inglaterra nesse período. Dentre essas mudanças destacam-se o peso da Grã-Bretanha no comércio mundial, com participação de cerca de 30% das importações mundiais de produtos primários e próximos a 38% das exportações mundiais de manufaturados nos anos de 1880. Também a importância como entreposto comercial e distribuidora de serviços de navegação e seguros, sendo que cerca da metade do comércio mundial era transportado por navios ingleses. Além disso os mercados de commodities, produtos primários, estavam organizados na Inglaterra.⁷²

⁷⁰ Furtado(1991, p. 158-159).

⁷¹ Franco(1991, p. 13-32).

⁷² Franco(1991, p. 17).

Para a economia britânica exercer sua influência sobre o restante da economia mundial utilizava como instrumento principal, de ação, a taxa de descontos do Banco da Inglaterra. E esta taxa relacionava-se diretamente com a taxa de juros da Grã-Bretanha.

No decorrer da segunda metade do século XIX a economia britânica, através da chamada “revolução financeira” no sistema bancário, consolida um controle sobre variações no balanço de pagamentos e movimentos no volume de reservas internacionais domésticos. Essa revolução surgiu de transformações tais como um movimento de fusões e incorporações de bancos; desenvolvimento da rede bancária, resultando na constituição de uma rede que incluía o interior; utilização de uma base unificada fornecedora de reservas para políticas de empréstimo e descontos dos bancos; a publicação regular de balanços bancários e de um significativo número de agências bancárias estrangeiras presente no território inglês, bem como a presença de bancos ingleses no exterior, faziam com que a taxa de descontos do Banco da Inglaterra tornasse um instrumento de “caráter internacional”. Assim consegue-se promover processos de ajustamento macroeconômicos, como uma correção de um desequilíbrio no balanço de pagamentos ou estabelecimento de um novo nível de liquidez internacional, com freqüente sucesso.

Particularmente mecanismos para garantir um volume adequado de liquidez internacional e uma distribuição das dívidas e dos ativos de curto prazo configurando segurança ao sistema financeiro são apontados como as principais causas para a estabilidade macroeconômica verificada no período em questão. Por isso é importante observar a composição dos estoques de reservas internacionais e efetuar comparações entre algumas economias do mundo.

Analisando o nível individual das economias quanto ao volume de reservas internacionais é notável um significativo número de países com volume de reservas superior ao da Grã-Bretanha como França e Estados Unidos, além disso países como Japão e a Índia possuíam reservas em libras maiores do que as reservas metálicas britânicas. Ou seja o sistema padrão-ouro sob aparente contradição estava sob a vigência da moeda fiduciária, “moeda papel”, a propriedade da conversibilidade não era aplicável a esse sistema monetário.

Ou seja mesmo com esta inconvertibilidade o sistema monetário internacional deixava uma margem à estabilidade da economia internacional, predominava a confiança nesse sistema. A partir disto a utilização da chamada moeda fiduciária, papel-moeda, frente a moeda metálica consolidava-se nesse período. Paradoxalmente com a relativa rigidez do padrão-ouro tornou-se possível, como diz Franco, uma das principais características quando se pensa em transformações da estrutura econômica do capitalismo observadas ao longo do século XIX, a passagem da moeda metálica para a moeda fiduciária. Esta passagem foi possível na medida em que se depositava um alto grau de confiança, já mencionado acima, no sistema monetário vigente, assim o trânsito financeiro e comercial mundial encontrava condições favoráveis ao desenvolvimento.

É fundamental notar que o funcionamento do padrão-ouro, sistema que permitia relativa estabilidade macroeconômica à economia internacional não estava baseado único e exclusivamente no alto grau existente de confiança. A aparente vulnerabilidade do sistema monetário era controlada através de mecanismos de defesa. Entre estes estava o controle a que Londres exercia sobre as reservas de alguns países, principalmente das colônias inglesas, e depósitos mantidos na Inglaterra tomando esse saldo exterior de reservas, na

prática, domínio inglês. Cabe destacar também o papel regulador do Banco da Inglaterra e seu instrumento de ação, a taxa de desconto. Além disso outras economias como a França e a Alemanha exerciam controle, via bancos centrais, sobre as reservas internacionais de outros países.

Todas essas práticas de defesa faziam com que a opção da conversibilidade não fosse exercida por esse significativo número de países. Assim estes colaboravam para a manutenção do funcionamento do padrão-ouro na medida em que não pressionavam, não colocavam em dúvida, a soberania da moeda inglesa o que permitia grande prestígio no cenário internacional à libra, protegendo-a de possíveis ataques a sua paridade frente ao ouro.

Não era exclusivamente o controle do Banco da Inglaterra que operava, através de sua influência, o ajuste macroeconômico da economia internacional. As participações francesas e alemãs não podem ser abstraídas, já que estas também possuíam áreas de influência. A transmissão de um ajuste efetuado pela Grã-Bretanha passava por economias como a Alemanha e França, estas se adaptavam ao ajuste britânico e executavam ajustes que transmitiam impactos às economias “menores” como a brasileira.

Após realizada uma rápida discussão acerca das funções desempenhadas pelos países centrais Inglaterra, França e Alemanha quanto a gestão da economia internacional, deve-se a partir disso observar o processo de ajustamento. Este compreende a dinâmica dos mecanismos utilizados por estes países e o impacto da transmissão desses mecanismos no restante das economias capitalistas, com significativos desdobramentos sobre a economia brasileira e desempenho externo quando se observa o movimento do mercado cambial do Brasil.

Para entender o processo de ajustamento macroeconômico levando-se em consideração a economia internacional deve-se, pelo que já foi mencionado acerca da importância da Grã-Bretanha e em menor proporção França e Alemanha, analisar as propagações dos processos de transmissão decorrente de ajuste nas contas externas britânicas. A economia britânica nesse período contava com um “vitalício” superávit em sua conta corrente, quer dizer mesmo com um expressivo déficit comercial a conta serviços apresentava superávit capaz de resultar numa diferença significativamente positiva entre a conta serviços e a conta comércio explicitada no superávit em conta corrente.

Este superávit britânico caminhava juntamente a um grande volume de exportação de capital. Esta situação também era observada em mais duas economias a França e a Alemanha. Uma possível explicação para o movimento de exportação de capital seria a promoção, por parte destas economias, da manutenção da liquidez internacional, ou seja, assegurar um volume de libras em circulação para que as relações comerciais e financeiras em nível internacional seguissem num crescente desenvolvimento, não permitindo que chegasse a uma situação de “escassez de libras”. Pois a contrapartida de um grande superávit em conta corrente destas economias era a grande obrigação, endividamento, do restante da economia internacional com sucessivos pagamentos de juros e portanto significava conviver sob situação monetária “apertada”⁷³, com frequência.

O processo geral de ajustamento era que as chamadas economias periféricas contavam com um financiamento para seu balanço de pagamentos através da exportação de

⁷³ Como grande parte dos recursos estava destinada ao pagamento de juros a capacidade de compra destes países encontrava-se em contração, por isso seria importante economias como a Grã-Bretanha, França e a Alemanha desempenhassem um papel de garantidor da capacidade de compra dos outros países através da exportação de capital. Franco(1991, cap. 2).

capital dos países desenvolvidos. Esta era utilizada para compensar o déficit em conta corrente. O preço dessa captação de capital além do crescimento do serviço de juros estas economias estavam sujeitas a choques externos originais das economias centrais. Numa situação de dificuldade na conta corrente os problemas de ajuste ocorrem de forma distinta quando se comparam economias como a britânica e a brasileira. O grau de dificuldade enfrentado por essas economias é assimétrico, ou seja, existe uma assimetria quanto a capacidade de enfrentar choques externos. Para a Grã-Bretanha uma eventual deterioração da conta corrente poderia ser contornada com uma desaceleração da exportação de capital, assim voltava-se ao equilíbrio no balanço de pagamentos nesta economia. A mesma solução não seria possível de ser aplicada numa economia periférica como a brasileira, sendo que nesta o ajuste seria mais “doloroso”, a contração econômica exigida seria numa escala superior ao de uma economia como a britânica. Como cita Gustavo Franco, a Grã-Bretanha antes da Primeira Guerra Mundial estava sob situação de “déficit sem lágrimas” ou *deficit without tears*⁷⁴ na medida em que permitia a convivência com déficits sem que o ajustamento provocasse esforço econômico interno muito grande, “ajuste sem lágrimas”.

A capacidade de uma economia exercer influência sobre outras economias, e assim promover ajustes no balanço de pagamentos independentes de condições internacionais, variava com a “força” de sua moeda, quer dizer quanto determinada moeda representava de confiança e credibilidade. Estas dependiam em grande medida das qualidades dotadas por uma economia, o sólido superávit em conta corrente britânico é o exemplo mais forte gerador de confiança à Grã-Bretanha. Do mesmo modo, utilizando este raciocínio, economias periféricas como a brasileira apresentavam grande dificuldade na sua “tarefa”

⁷⁴ Franco(1991, p. 27).

em manter sob controle, fornecer estabilidade, ao estado do balanço de pagamentos. Portanto países que desfrutavam de credibilidade econômica, como a Grã-Bretanha, detinham vantagens. Outra importante vantagem desfrutada pelas economias mais “fortes” era que estas poderiam coletar a chamada seigniorage do restante das economias, ou seja estas poderiam através da emissão de sua própria moeda financiar desequilíbrios externos, sendo que a credibilidade destas economias “legitimavam” esta emissão perante a economia internacional. Quer dizer a existência de assimetria nos processos de ajustamento é evidente torna-se importante, posteriormente, colocar em discussão o “tamanho” dessa assimetria entre as economias centrais e a brasileira no período em questão.

Observadas algumas condições de ajustamento macroeconômico em âmbito internacional deve-se, a partir dessas discussões, analisar particularmente os processos de ajuste na economia brasileira, bem como as implicações resultantes deste com o objetivo de traçar o cenário a que estava sujeito o Brasil.

5.2. A Economia Brasileira

A discussão realizada anteriormente acerca da economia internacional tem como objetivo fornecer uma base para uma discussão específica. Esta compreende o estudo da inserção internacional da economia brasileira bem como da “recepção” dos impactos originados do exterior. Para esse estudo deve-se atentar para alguns temas que passam a

fazer parte importante de análise para economia brasileira a partir da década de 1880. Além da discussão anterior será utilizada uma nova base de dados a partir da elaboração de Gustavo Franco.⁷⁵

O Brasil após ter efetuado empréstimos no período seguinte a independência, juntamente com outras economias latino-americanas nos anos 1820 e 1830, com finalidade de promover o equilíbrio no balanço de pagamentos, entra numa onda de dificuldades de pagamentos, incluindo moratórias, que resulta numa desconfiança pela praça financeira londrina a estas economias, portanto perdem acesso a esse mercado financeiro. Essa crise de confiança tem duração até os anos 1860 e 1870 quando as economias latino-americanas passam a participar novamente desse mercado financeiro, observando nessa época um retorno dos fluxos de capitais para essa região, como para o mercado brasileiro.

É a partir da década de 1880 que a economia brasileira alarga suas relações financeiras consolidando, assim, a inserção internacional. Com isto já se percebe uma significativa interação entre as transações comerciais e financeiras que são expressas no balanço de pagamentos brasileiro, particularmente as contas corrente e capital. A partir dessa inserção internacional do Brasil, ganha crescente importância discussões como crescimento econômico, grau de abertura da economia, traços de vulnerabilidade e o problema do endividamento, pois são algumas das características capazes de evidenciar a “saúde” de uma economia nacional.

Portanto uma discussão central encontra-se em investigar as causas para a grande instabilidade macroeconômica experimentada pela economia brasileira nas últimas décadas

⁷⁵ Franco(1991, cap. 3).

do século XIX. Em suma devem ser analisados os fatores que proporcionavam certo grau de vulnerabilidade ao Brasil. Quanto ao “grau de abertura” considera-se em várias análises que quanto maior esse grau, maior a vulnerabilidade de uma economia.⁷⁶ Furtado considera elevado o grau de abertura da economia brasileira nesse período.⁷⁷ A partir disto este autor assinala para a pauta de exportações que estava sobretudo concentrada em alguns produtos primários, tidos como extremamente instáveis quanto ao preço, que colocaria com muita freqüência em dificuldade o balanço de pagamentos do Brasil. Por isto para a economia brasileira sustentar o padrão-ouro, nos moldes dos países desenvolvidos, seria necessário, para Furtado, um elevado volume de reservas, assim o capital destinado ao investimento doméstico estaria praticamente comprometido em sua totalidade.

Através de testes econométricos, citados por Franco⁷⁸, este autor chama atenção para não existência de evidência empírica acerca da tese defendida por Furtado, destacada acima. No entanto adota-se como correta que as exportações de produtos primários apresentam maior instabilidade quando se compara a produtos manufaturados. A este fato Furtado destaca como “barreira” mais significativa ao crescimento, qual seja, a presença de influxos, saída, de capital e estes seriam mais importante para a restrição de capacidade ao crescimento econômico.

Outra causa suposta da vulnerabilidade do Brasil é quanto a evolução dos termos de troca ou as relações de troca. Uma relação conhecida é a desenvolvida por Raul Prebisch na qual a tendência é de deterioração duradoura dos termos de troca entre produtos

⁷⁶ “Com efeito, tem sido aceito sem muita contestação que um elevado grau de abertura conduza a uma maior vulnerabilidade, embora não pareça claro que efetivamente a experiência histórica de economias mais abertas, mesmo periféricas, seja de menor crescimento e mais instabilidade do que se observa em economias mais fechadas como a brasileira.” Franco(1991, p. 66).

⁷⁷ Furtado(1991, p.157)

manufaturados e primários. Também existe uma “articulação cíclica perversa entre termos de troca e movimentos de capital”, como interpretação alternativa a primeira.

A tese de Prebish diz que a tendência é de deterioração dos termos de troca, ou seja os preços dos produtos manufaturados tendem a crescer em maior proporção quando comparado aos preços dos produtos primários. Novamente Franco utiliza estudos econométricos para mostrar que esta tese empiricamente não possui clara sustentação, pode ser alvo de contestação, principalmente no período entre os anos de 1870 e 1914.⁷⁹ Gonçalves realiza um estudo sobre este tema e aponta para a necessidade de uma qualificação na conclusão de Prebish como o período selecionado por este autor que tende a exagerar o movimento de deterioração dos termos de troca.⁸⁰ Por isso uma interpretação alternativa deve ser levada em consideração.

Esta interpretação aponta para uma relação existente entre termos de troca e movimentos de capital. Essa relação pode se apresentar, de acordo com a análise utilizada, como perversa direta, ou indireta. Explicando melhor a análise utilizada por Furtado mostra que, para um país que recebe capitais, quando uma deterioração dos termos de troca a entrada de capital se reduz.⁸¹ Franco aponta para uma relação contrária, ou seja termos de troca e entrada de capital “caminham” indiretamente. A verificação da Tabela abaixo pode trazer uma informação mais precisa nos anos do final do século XIX.

⁷⁸ Franco(1991, p.67).

⁷⁹ Franco(1991, p.68).

⁸⁰ Gonçalves(1982, p. 129).

⁸¹ Furtado(1991, p. 159).

Relação entre Termos de Troca e Movimentos de Capital Brasil (1889-1900)

	Conta Capital	Termos de Troca(1900 = 100)
1889	12.377	130,2
1890	5.487	154,1
1891	616	139,7
1892	2.837	143,8
1893	2.853	180,1
1894	717	171,8
1895	7.484	156,8
1896	5.045	138,8
1897	2.404	93,2
1898	5.882	84,8
1899	8.056	84,8
1900	7.552	100

Fonte: Franco(1991, p. 58-59) e Goldsmith(1986, p. 110),
respectivamente para primeira e segunda coluna.

Da tabela acima se pode retirar algumas informações quanto à relação conta capital e termos de troca. Se o período 1889-1900 for dividido em dois subperíodos tais como o primeiro 1889-1894 e o segundo 1895-1900, a relação inversa entre conta capital e termos de troca torna-se evidente. No primeiro subperíodo enquanto os movimentos de capital, vale dizer entradas de capital, têm clara tendência decrescente, o índice acerca dos termos de troca apresenta tendência crescente. Já no subperíodo seguinte os termos de troca passam a decrescer e os movimentos de capital, entradas, são crescentes. Portanto o argumento quanto a relação ser indireta entre termos de troca e entradas de capital mostra-se particularmente forte no período entre os anos de 1889-1900.

Esta relação com característica marcadamente “estabilizadora” na medida em que quando a receita da conta comércio diminui, através da queda do preço dos produtos

exportados, o aumento das entradas de capital atua na “compensação” das contas do balanço de pagamentos. Nas palavras de Franco “nada tem de surpreendente” pois “afinal boa parte das entradas de capital nesses anos era composta de empréstimos federais de natureza compensatória”.⁸² Assim a economia brasileira em períodos de dificuldade no balanço comercial utilizava-se das entradas de capital para realizar o financiamento do balanço de pagamentos.

Outro ponto a ser levantado acerca da vulnerabilidade da economia brasileira é quanto ao nível de endividamento. No final do século XIX o Brasil já era uma nação devedora.⁸³ A tabela a seguir demonstra esta situação.

**Relação entre Serviço da Dívida Externa e Saldo Comercial.
Brasil (1889-1900)**

	Serviço da Dívida Externa em milhares de libras(1)	Saldo da Conta Comercial(2)	Relação (1)/(2) em %
1889	911	4.550	20,02
1890	1.305	2.363	55,23
1891	1.299	1.571	82,69
1892	1.279	4.552	28,10
1893	1.498	5.792	25,86
1894	1.430	3.346	42,74
1895	1.505	3.374	44,61
1896	1.970	453	434,88
1897	1.874	2.893	64,78
1898	1.053	1.483	71,00
1899	359	2.982	12,04
1900	444	11.754	3,78

Fonte: Franco(1991, p.40, 58 e 59).

Para se entender o resultado acima adota-se que quanto maior a relação, presente na terceira coluna da tabela acima, menor a capacidade brasileira de pagamento do serviço da

⁸² Franco(1991, p.71).

⁸³ Franco(1991, p.72).

dívida externa, ou seja maior a insolvência da economia brasileira frente esta obrigação. Como se percebe acima o serviço da dívida externa brasileira, numericamente, aumenta significativamente saltando de 911 mil libras para uma ordem de 2000 milhões de libras num intervalo temporal menor que dez anos. Constata-se também que enquanto o serviço da dívida externa brasileira cresce aproximadamente duas vezes até o ano de 1896 o saldo comercial sofre grande variação durante todo o período, abrindo margem para grande variação do coeficiente na terceira coluna da tabela acima, máximo de 434,88% e mínimo de 3.78%. O coeficiente é mais alto no ano de 1896, ou seja a capacidade de pagamento ou poder de solvência é baixo quando se acentua a crise cambial e concentram-se esforços do governo brasileiro para obtenção de um grande empréstimo, que será objeto de discussão posterior.

A questão do endividamento externo crescente da economia brasileira, expresso pelo grande aumento do déficit em conta corrente, conduz a uma situação de instabilidade “potencial” permanente. Pois a medida que o déficit em conta corrente amplia-se, as dificuldades na disponibilidade de um fluxo favorável de capitais, num determinado período, leva fatalmente a um problema de financiamento do balanço de pagamentos. Abaixo são apresentadas algumas contas selecionadas.

Balanço de Pagamentos: contas selecionadas 1870-1899
(Médias anuais em milhões de libras)

Conta	1870/80	1880/85	1886/89	1890/94	1895/1900
Conta Corrente	2.104	1.131	-670	-976	-3.099
Conta Capital	2.266	2.366	3.730	1.251	2.887
Conta Capital +					
Erros e Omissões	-1.492	501	1.299	-277	2.224

Fonte: Franco(1991, Tabela 4.2)

Como visto acima a conta corrente reduz-se constantemente, para o período 1886/1889 passa a ser negativa e a partir disto sofre uma elevada queda. Já a conta capital apresenta significativos movimentos de oscilação proporcionando grande margem a instabilidade do financiamento do balanço de pagamentos, ou seja importante situação de vulnerabilidade à economia brasileira. O comportamento do resultado da conta “erros e omissões” possui ainda um grau maior de instabilidade sendo que nesta conta “ geralmente se admite incluir predominantemente movimentos de capital de curto prazo”.⁸⁴ Portanto uma dependência significativa de resultados favoráveis na conta capital, esta engloba a parcela “erros e omissões” e a dependência cresce na medida em que aumenta o déficit em conta corrente, remete à situação de freqüente instabilidade mediada em grande parte pela condição favorável, ou não, de liquidez internacional ao Brasil.

Após realizada uma discussão acerca de alguns fatores que proporcionaram elevado grau de instabilidade macroeconômica à economia brasileira no final do século XIX é importante observar alguns aspectos gerais sobre a taxa de câmbio vigente no Brasil neste período. Esta apresentava variação segundo os vários impactos originados do exterior como as oscilações dos preços internacionais do café e fluxos de capital entre outros, além de alterações monetárias no âmbito doméstico. Como ressalta Franco a taxa de câmbio recebe “múltiplas influências”.⁸⁵ Com isto procurar um fator determinante para a taxa de câmbio mostra-se simplista para o caso brasileiro no período em questão, abrindo margem para questionamentos em algumas análises realizadas sobre a taxa de câmbio, vale citar Versiani

⁸⁴ Franco(1991, p. 73).

⁸⁵ Franco(1991, p.73).

que exalta a importância dos preços café como determinante da variação cambial no período 1860-90.⁸⁶

Fritsch assinala que uma provável relação existente, renegada pelos analistas da época, seria o efeito da expansão de crédito sobre as importações. Ou seja em condições de crédito fácil, o crescimento econômico interno exerceria pressão pelo aumento das importações, isto resultava numa depreciação cambial na medida em que perdiam-se divisas.⁸⁷ Deve-se concluir, então, a respeito da taxa de câmbio nesse período, a inviabilidade de se estabelecer relações de causalidade, permanecendo a análise desse tema no campo das possibilidades, sendo que isto é reforçado pelo alto grau de precariedade das informações estatísticas do período.

⁸⁶ Versiani(1980, p. 15).

⁸⁷ Fritsch(1980, p. 261).

Capítulo VI

Política Econômica Brasileira no Final do Século XIX

Política Econômica Brasileira no Final do Século XIX

O estudo acerca da economia internacional e as relações desta com a economia brasileira, apresentado anteriormente, foi realizado com o objetivo principal de encontrar evidências de influência determinantes, bem como limitações externas colocadas ao Brasil no do final do século XIX, com destaque para a última década. Assim os condicionantes originados da economia internacional eram capazes de exigir uma revisão nos exercícios de política econômica brasileira efetuados no período em questão, quer dizer impactos com origem na economia internacional tinham significativa importância na execução da política econômica aplicada à economia brasileira. No entanto deve-se observar que a política econômica do final do século XIX sofre múltiplas influências, como chama atenção Fritsch⁸⁸.

O período de análise da política econômica brasileira compreende os anos entre meados da década de 1880 e o ano de 1900. Basicamente estes anos podem ser divididos em duas fases. Dentre estas a primeira refere-se a década de 1880 caracterizada por uma longa fase de expansão seguida por um crescimento do patamar inflacionário e a segunda fase notou-se uma contração monetária acompanhada de efeitos recessivos.⁸⁹ A primeira fase sob o “experimento papelista” com curta duração foi sucedida pela chamada reação conservadora compreendendo forte ajuste fiscal e “aperto” monetário, assim no final do

⁸⁸ Fritsch(1985).

⁸⁹ Fritsch(1980, p. 259).

século XIX a economia brasileira “conheceu” práticas de política econômica sob dois aspectos doutrinários opostos.⁹⁰

Para iniciar a discussão sobre exercícios de política econômica torna-se necessário observar algumas “condições monetárias” vigentes na economia brasileira no período em análise, nesse sentido deve-se procurar a “raiz” do processo inflacionário, e para isso realizar comentários sobre temas como a disseminação do trabalho assalariado e do volume de moeda em circulação, a demanda por moeda nesta economia, o problema de liquidez dos bancos em momentos de pressão creditícia, além de alguns aspectos da política monetária na década de 1880.

Quanto à política monetária executada na década de 1880 dois pontos devem ser levados em consideração como a “linha” seguida pela política monetária e um cenário de alto grau de instabilidade da taxa de câmbio. A “linha” que seguia a política monetária, quer dizer a meta principal, era a da conversibilidade e isto compreende que toda oferta monetária expressa em notas seria conversível em ouro dada a paridade estabelecida em 1846, qual seja de 27 pence por mil réis.⁹¹ O fato era que esta paridade não se mostrava sustentável com freqüentes situações adversas no balanço de pagamentos brasileiro. E como o Brasil convivia sob escassez de reservas metálicas, num momento adverso das contas externas a perda da conversibilidade, inviabilizando um arranjo cambial fixo, trazia como elemento obrigatório a variação cambial. Assim, como as adversidades enfrentadas pelo balanço de pagamentos eram freqüentes, explicitava-se num alto grau de instabilidade da taxa de câmbio brasileira. Nas palavras de Gustavo Franco, "A instabilidade do câmbio

⁹⁰ Franco(1991, p. 82).

⁹¹ Franco(1983, p. 33).

se devia, inequivocamente, à instabilidade do próprio balanço de pagamentos do País⁹², nota-se sobretudo grande variação no volume de exportações e investimento direto estrangeiro como verifica-se na tabela abaixo.

Exportações(X), Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e a Taxa de Câmbio (1884-1889)

	X	IDE	Taxa de Câmbio
1884/85	19,504	2,024	109,4/121,6(1)
1885/86	15,110	1,086	121,1
1886/1887	20,502/11,703(2)	1,013/985(2)	100,8
1888	21,704	5373	89,6
1889	28,552	6,363	85,6

Fonte: Franco (1991, p. 58), para as duas primeiras colunas e para a terceira Goldsmith (1986, p. 31). Corresponde ao ano (1)-1885, (2)-1887-segundo semestre. Estão em milhares de libras, X e IDE, e em £ a taxa de câmbio.

O dados são elucidativos no que diz respeito à variação cambial o que é evidenciado pela diferença entre o "topo" e o "piso" da taxa de câmbio perto de 42%, uma significativa variação dada à vigência na economia internacional de um padrão monetário que envolvia taxas fixa de câmbio. Do mesmo modo é grande a variação do volume de exportações alcançando 28552 em 1889 e 11703 em 1887, valores em milhares de libras, ilustra a instabilidade desta conta que é a mais importante, apresenta maior volume, do balanço de pagamentos brasileiro. A conta investimento direto estrangeiro na mesma medida apresenta grande variação. Não se verifica, portanto, estabilidade, mas uma demonstração de desconfiança dos investidores quanto ao comportamento e desenvolvimento da conjuntura econômica brasileira.

⁹² Franco(1983, p. 35).

Em relação à demanda por moeda, no Brasil, a partir do avanço do trabalho assalariado principalmente no final da década de 1880 e passagem para a década de 1890, com o significativo ingresso de trabalhadores imigrantes, amplia-se crescentemente a necessidade de pagamentos de salários monetários. Assim os fazendeiros exerceriam pressão sobre o mercado de crédito de forma mais acentuada quando comparado ao período de vigência do escravismo como categoria de trabalho na economia brasileira. Esta pressão, sobretudo no período de colheita quando se concentrava o volume de remunerações monetárias⁹³, fazia com que o mercado de crédito sofresse uma demanda adicional verificado no sistema bancário. Soma-se a isto que o grau de desenvolvimento bancário era baixo bem como este sistema concentrava-se predominantemente no Rio de Janeiro, o que estimulava o entesouramento, principalmente da população do interior, para o cumprimento das obrigações diárias⁹⁴. Este entesouramento limitava as operações bancárias como expansão de empréstimos e o efeito do multiplicador bancário já que era relativamente baixa a taxa de depósitos bancários. Por isso a relação entre o volume de dinheiro em caixa nos bancos e o volume de dinheiro destinado à empréstimos, encaixe, era baixa remetendo ao sistema bancário condições instáveis de liquidez⁹⁵ que aprofundavam-se em períodos de grande demanda por crédito. Este se configurava num grande impacto em função do crescente assalariamento da mão-de-obra na economia brasileira a partir do final da década de 1880.

Em vista desse impacto seria necessário a busca de uma solução com o objetivo de contornar as periódicas crises, estas se evidenciam já a partir do início da década de 1880,

⁹³ Franco(1983, p. 25).

⁹⁴ Franco(1983, p. 29).

⁹⁵ Idem.

de liquidez bancária apresentadas acima. Como primeira tentativa de encontrar esta solução é aprovada uma lei em 18 de julho de 1885 que autorizava uma emissão monetária governamental com finalidade de auxiliar as contas do caixa do setor bancário, o que representava algo em torno de um acréscimo em 20% na oferta monetária brasileira.⁹⁶ Esta lei mostrou ter um efeito insustentável, pois ao cumprir seu papel no ano de 1885 o que sucedeu foi que já no final do ano de 1886 o sistema bancário apresentava caixas em situação de enfraquecimento. A sucessão dessas crises de liquidez colocou em discussão tanto a então vigente política econômica, marcadamente deflacionista, ou seja executava práticas de “aperto” monetário impondo fortes limites à oferta de moeda, como a necessidade de encontrar uma solução mais efetiva. Neste sentido colocavam-se propostas como alteração das medidas de política econômica ou uma significativa reforma nas instituições monetárias.

Em consequência dessa discussão surgiu uma proposta em 1887 acerca de uma reforma monetária com a finalidade de estabelecer uma expansão na oferta monetária que se transforma em 24 de novembro de 1888 numa lei de reforma bancária. No entanto esta lei confronta diretamente com o sentido contracionista da política econômica aplicada na época que procurava permanentemente alcançar a paridade⁹⁷, o que coloca limites à expansão monetária pretendida. Mas no mesmo ano a conjuntura vigente na economia brasileira apresenta certas situações extremamente favoráveis. Como o resultado do balanço de pagamentos com registro de superávit, sob notável saldo na conta capital estrangeiro⁹⁸ e a difusão do trabalho assalariado abria perspectivas para a atividade agrícola o que remetia

⁹⁶ Franco(1991, p. 86).

⁹⁷ Essa questão de permanente busca à paridade da taxa de câmbio do ano de 1846 foi discutida anteriormente quando foram levantados alguns pontos quanto a política monetária da década de 1880.

a perspectivas de grande crescimento econômico para a economia brasileira nos próximos anos.⁹⁹

Através da condição externa favorável do Brasil, superávit no balanço de pagamentos, configurou-se nova possibilidade de ação. Pois sob esta condição a taxa de câmbio alcançou a paridade de 1846, a partir disso os defensores desta paridade poderiam à medida que o Brasil fosse absorvendo divisas estrangeiras por em prática o processo de expansão monetária. Desse modo o espaço estava aberto para um certo nível possível de concessão de créditos à atividade econômica doméstica e assim “abastecer” as necessidades do setor bancário. Por isso tornou-se viável programa de auxílio como por exemplo os auxílios à lavoura¹⁰⁰ com objetivo de fornecer capacidade de pagamento aos fazendeiros dada uma dificuldade econômica, como uma baixa nos preços de café por exemplo. Esse foi um dos fatores que levou a economia brasileira a ter possibilidades de conviver sob uma situação de expansão monetária.

Outro importante fator viabilizador da expansão monetária, originada de um novo regulamento para a lei bancária de 1888, foi a incorporação de um novo banco de emissão, o Banco Nacional do Brasil(BNB).¹⁰¹ A emissão deste banco seria de caráter conversível, no entanto esta prática não se sustenta. Isto se consolida sob o comando do ministro Rui Barbosa¹⁰² que assinala para a necessidade de um aprofundamento da expansão monetária aprofundar-se.

⁹⁸ Este foi o maior volume computado no balanço de pagamentos brasileiro nas três últimas décadas do século XIX de saldo na conta capital, a partir dos dados apresentados em Franco(1991, p. 57, 58 e 59).

⁹⁹ Franco(1991, p. 87).

¹⁰⁰ Franco(1983, 3.2).

¹⁰¹ Franco(1991, p. 88).

¹⁰² Rui Barbosa foi ministro da fazenda no período 15.11.1889-17.1.1891.

Nesse contexto são criadas algumas redes bancárias que executam emissão monetária, sendo que somente parte desta é conversível, com objetivo claro de expandir, o volume de crédito, a oferta de moeda.¹⁰³ Esta expansão atende o crescimento da atividade econômica, baseada no grande ingresso de imigrantes e num momento favorável quanto as contas externas brasileiras no ano de 1888. O resultado disto é uma grande e crescente expansão monetária no final da década de 1880 atingindo também a década de 1890.

Depois de realizada uma discussão acerca de algumas condições monetárias vigentes na última década do século XIX serão observadas as medidas econômicas efetuadas pelo governo neste período. Conhecidas como: num primeiro momento da década, “o experimento papelista” e num segundo “a reação conservadora”.

A questão conjuntural deste período, 1888-1892 e até 1894, é afetada tanto por influências externas quanto internas. Estas sob o desajuste da conta comercial do balanço de pagamentos remetendo a um colapso cambial e a preocupação com o processo especulativo que se configurava na bolsa. Como influências externas podem ser destacadas a “crise Baring” em Londres e a moratória argentina que também contribuem para o problema na taxa de câmbio.

A influência da conta comércio sobre a taxa de câmbio tem início num momento de depreciação cambial, esta devido a uma crise internacional somado à uma queda na receita com exportações. A crise composta do colapso da casa Baring Brother em Londres em outubro de 1890 e da moratória argentina colocou o fluxo destinado à América Latina, e ao Brasil, em nível desfavorável bem como uma queda de 8% nas receitas de exportações.¹⁰⁴

¹⁰³ Franco(1991, p. 90).

¹⁰⁴ Fritsch(1980, p. 259).

Esta crise que conduziu a economia brasileira a uma depreciação cambial ocasionando em três impactos diretos¹⁰⁵ :

1) um aumento, em moeda nacional, da dívida externa brasileira; 2) um aumento da massa de lucros do setor exportador. E mesmo com uma queda dos preços internacionais do café nesses anos, a depreciação cambial mais que compensou esta queda. O resultado foi um processo expansionista da produção através da absorção de novas terras no oeste paulista.¹⁰⁶ A expansão da produção de café apresentaria um problema no futuro frente o crescimento da oferta e manutenção do nível de demanda internacional que seria expressa numa queda do preço internacional; e 3) também o produtor doméstico, que com a taxa de câmbio depreciada, poderia em maior montante, substituir alguns produtos de consumo básicos anteriormente importados, dado o preço relativo mais favorável.

O processo especulativo começa a se evidenciar, é quando o governo brasileiro mostra preocupação, em torno de outubro de 1890 na bolsa. São tomadas diversas medidas com objetivo de controlar essa situação buscando “filtrar” a expansão monetária que se dirigia ao setor produtivo e ao “setor” especulativo. No entanto o ano de 1891 mostra-se grave quanto ao processo especulativo levando a “queda” de Rui Barbosa.¹⁰⁷ Este processo sob condições inegáveis de excesso do mecanismo de emissão monetária, no entanto com certa importância para o crescimento do setor industrial, já assinalado anteriormente, o que deve ser levantado para a discussão, não cabendo ao presente trabalho, é a perda do controle governista frente ao desenvolvimento da onda especulativa, por exemplo quanto a

¹⁰⁵ Fritsch(1980, p. 260).

¹⁰⁶ Isto foi viabilizado pelo ingresso de uma população imigrante no mercado de trabalho brasileiro bem como do desenvolvimento do sistema ferroviário em direção ao interior paulista e a disponibilidade de terra para expansão do plantio. Esses aspectos foram abordados anteriormente.

¹⁰⁷ Franco(1991, p. 91).

normas de concessão de crédito e garantias visando o retorno desse crédito surgem como fundamentais para uma melhor compreensão deste processo.

As influências externas, transmitidas à economia brasileira, apresentaram-se como componente significativo para a variação da taxa de câmbio. O colapso da casa Baring Brothers em Londres em outubro de 1890 reflete diretamente numa retração dos investimentos ingleses ao exterior. Também a moratória argentina fez com que países como o Brasil fossem observados com “outros olhos” para a realização de investimentos.¹⁰⁸ Esse cenário de desconfiança à economias como a brasileira colocava dificuldades ao mercado de câmbio, que são explicitadas no ano de 1891.¹⁰⁹

Em meio a crise cambial nos anos 1890, 1891 e 1892, neste ano tenta-se propor uma medida com objetivo de restrição monetária que não é aceita pelo Congresso. Em seguida procura-se efetuar o controle da concessão de crédito através do aprofundamento do “filtro” para isolar atividades produtiva e especulativa estimulando a primeira e exercendo controle sobre a segunda. Esta medida não tem sucesso persistindo o problema cambial e o descontrole do mercado financeiro do Brasil. A fase do “experimento papelista” estava no período terminal.

No final do ano de 1894 a expectativa anterior de crescimento econômico expresso em 1888 reverte-se. A economia internacional como foi mostrada acima, devido a crise Baring, restringe o fluxo favorável de capitais à economia brasileira e além disto os preços internacionais do café sofrem baixa. Internamente o Brasil atravessa uma desordem financeira, dado o movimento especulativo e o crescimento do déficit orçamentário.¹¹⁰

¹⁰⁸ Fritsch(1980, p. 259).

¹⁰⁹ Franco(1991, p. 91).

¹¹⁰ Franco(1991, p. 93).

Como este era denominado em moeda estrangeira, a variação cambial, vale dizer seqüências de depreciação cambial em processo neste período, era promotora do crescimento do déficit, ilustrando assim uma situação de “casamento” entre a variação cambial e o déficit orçamentário.

Defrontando-se com essas dificuldades o governo brasileiro exerce tentativas de obtenção de empréstimos estrangeiros. Nesse período surge o tema, exigido pelos banqueiros, da condicionalidade,¹¹¹ ou seja o empréstimo é concedido mediante metas de compromisso, em tonalidade forte deveria ser seguida uma “cartilha” de obrigações no sentido de aumentar arrecadação tributária e redução nas despesas.

Em julho de 1895 obtém-se um empréstimo de 7,5 milhões de libras, no entanto como a taxa de câmbio não encontra estabilidade e não se recupera esse empréstimo não “acalma” a situação cambial. Assim a pressão do governo brasileiro persiste na contratação de empréstimos junto a banqueiros estrangeiros, estes mantêm a exigência de condicionantes.

O aumento do plantio de café estimulado pela depreciação cambial traduz-se numa significativa queda nos preços do café nos anos de 1896 e 1897 o que remete a um grau maior de dificuldade na capacidade de pagamento brasileira, portanto o processo do problema do mercado de câmbio tinha continuidade.

Nesse processo continuo de dificuldade cambial o empenho do governo quanto a contratação de um empréstimo estrangeiro se reforça para controlar essa situação de aperto cambial. E para minimizar isto o governo entra em acordo com os ingleses, da Casa Rothschild, com resultado de um “pacote” de assistência financeira em 1898 conhecido

¹¹¹ Franco(1991, p. 94).

como funding loan desempenhando a função de prorrogar vencimentos de serviço de dívida e fornecer crédito para solvência do pagamento de alguns compromissos brasileiros. Essa ajuda viria acompanhada de inúmeros “deveres de casa” de condicionalidade. De acordo com Franco o funding loan compreenderia “rolar compromissos externos do governo, vale dizer, o serviço da dívida pública externa e algumas garantias de juros, em troca de severas medidas de saneamento fiscal e monetário”.¹¹²

Esse apoio financeiro foi condicionado, sobretudo, quanto a reformulações das medidas de política fiscal e política monetária. Sobre a política fiscal basicamente seria aplicada uma redução nas despesas governamentais e um esforço para aumento de arrecadação tributária. Para isto foram observadas medidas como uma ampliação da pauta de produtos de consumo a serem taxados¹¹³ e busca por um controle, equilíbrio, das contas do governo acerca da contenção de despesas públicas. Sobre a política monetária esta seguiu o caminho da redução do papel-moeda em circulação, iniciada em 1898 a contração monetária apresentou uma contração de 6% do total de papel-moeda em circulação neste ano.¹¹⁴

A evidente contenção monetária implantada pelo governo brasileiro, denominada “a reação conservadora”, repercutiu de forma significativa sobre a economia brasileira. A redução da liquidez levou o sistema bancário a uma crise, verificada em 1900, de grandes proporções.¹¹⁵ Além dessa consequência no circuito bancário a restrição monetária foi capaz de realizar uma apreciação na taxa de câmbio brasileira já a partir do ano de 1898, no

¹¹² Franco(1991, p. 95).

¹¹³ Fritsch(1980, p. 263).

¹¹⁴ Franco(1991, p.96).

¹¹⁵ Fritsch(1980, p. 264).

entanto esta taxa não alcançou a paridade estabelecida em 1846.¹¹⁶ A apreciação cambial tornou a dívida externa menor, em montante de moeda nacional, mas colocou o setor exportador em dificuldades na medida em que o preço internacional do café não havia apresentado recuperação.

Como conjuntura presente na passagem do século XIX para o século XX a economia brasileira, após a implantação de uma prática de política econômica extremamente conservadora, passou a receber novamente um fluxo favorável de capitais devido à esta prática, a taxa de câmbio sofreu uma apreciação devido também ao aperto monetário auxiliada pela contribuição positiva da receita de exportações com a borracha.¹¹⁷ Mas as dificuldades impostas ao setor exportador, pela apreciação cambial, abriam margem para um programa de auxílio a esse setor e fosse colocada a discussão acerca da intervenção estatal no setor produtor de café.¹¹⁸

Assim se dava o desfecho de um processo que iniciado com uma forte expansão monetária, inegavelmente sob descontrole, associada a uma crise internacional levou a economia brasileira para uma situação de dificuldades no balanço de pagamentos, expresso pela depreciação cambial, terminou o século XIX com uma resposta conservadora de forte contração monetária o que remeteria em outros problemas para o Brasil já no início do século XX.

¹¹⁶ Franco(1991, p.97).

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Fritsch(1980, p. 264).

Anexo

Balanço de Pagamentos (1891-1900)

	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900
1-Exportações	27.136	30.854	32.007	30.491	32.586	28.333	25.883	25.019	25.545	33.163
2-Importações	25,565	26,302	26,215	27,145	29,212	27,880	22,990	23,536	22,563	21,409
3-Saldo Comercial	1,571	4,552	5,792	3,346	3,374	453	2,893	1,483	2,982	11,754
4-Navegação	533	502	465	486	517	532	492	467	429	429
5-Remessas de Lucros	-313	-363	-316	-323	-495	-415	-438	-441	-458	-494
6-Juros	-2,044	-2,014	-2,352	-2,400	-2,482	-3,020	-3,019	-2,222	-1,638	-1,779
7-Garantias de Juros	-1,012	-1,045	-1,134	-1,124	-1,218	-1,272	-1,326	-1,380	-1,434	-1,488
8-Outros	-693	-1,234	-1,946	-464	-1,72	-1,303	-710	-1,153	-899	-707
9-Saldo de Serviços	-3,53	-4,153	-5,282	-3,825	-5,397	-5,477	-5,001	-4,728	-4,000	-4,039
10-Mercadorias e Serviços	-1,959	399	510	-479	-2,023	-5,024	-2,108	-3,245	-1,018	7,715
11-Transferências	319	-433	-62	-410	-272	10	-224	-457	-1,133	-1,533
12-Conta Corrente	-1,636	-33	448	-89	-2,295	-5,014	-2,332	-3,703	-2,151	6,182
13-Investimento Direto	1,103	-141	-260	-72	222	2,406	2,388	3,867	7,833	7,421
14-Empréstimos	0	3,574	4,747	1,597	8,677	4,825	1,982	3,892	1,731	1.148
15-Amortizações	-516	-596	-1,634	-808	-1,415	-2,186	-1,966	-1,877	-1,507	-1,016
16-Saldo Conta Capital	616	2,837	2,853	717	7,484	5,045	2,404	5,882	8,056	7,552
17-Erros e Omissões	-1,956	-5,301	-3,752	689	-4,761	287	-205	168	-2,118	-10,545
18-Superávit(+) ou Déficit(-)	-1,023	2,804	3,31	-172	5,188	30	72	2,180	5,905	13,735
19-Ouro	-1,829	-68	-253	103	1,671	305	-28	768	1,169	-261
20-Saldos do Governo	-1,342	-2,591	-99	286	-1,198	48	-297	257	-7	477
21-Saldos Privados	191	161	-98	128	-46	-35	193	-99	-283	105
22-Refinancia- mento	0	0	0	0	0	0	0	1,421	2,908	2,869
23-Total	-2,980	-2,497	-450	517	427	318	-133	2,347	3,787	3,190

Fonte: Franco(1991, p. 59).

Parte III

Capítulo VII

Uma Nota Acerca da Discussão “fatores externos” e “fatores internos”

Uma Nota Acerca da Discussão “fatores externos” e “fatores internos”

Na chamada Parte I deste trabalho tratou-se de algumas transformações sócio-econômicas ocorridas na economia brasileira na Segunda metade do século XIX. Desse modo foram discutidos alguns aspectos da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Foram levantados pontos acerca do movimento urbano, quer dizer crescimento de atividades nos centros urbanos. Também da implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário. Bem como do nascimento do setor industrial brasileiro.

A Segunda parte compreende um estudo da economia brasileira nas duas décadas finais do século XIX. Realiza-se uma análise do Brasil do ponto de vista macroeconômico. Para isso é proposto um tratamento da economia internacional no período citado fornecendo destaque a economia líder, Grã-Bretanha. A etapa seguinte é observar a inserção brasileira nesse processo e as medidas tomadas por esta nação decorrentes da conjuntura internacional. Destacam-se os temas sobre a taxa de câmbio e o balanço de pagamentos.

O propósito deste capítulo, dado as discussões realizadas nos anteriores, é esclarecer uma possível dúvida após a leitura de todo o trabalho. Para isso deve-se levar em consideração uma breve discussão do tema desenvolvimento/subdesenvolvimento econômico. Esta realizada sob dois pontos de vista “teóricos”, o da CEPAL e dos chamados “dependentistas”.

Quando se leva em consideração esses dois pontos de vista pode-se chegar a uma conclusão quanto a monografia. Qual seja, o autor apresenta posição contraditória quanto a

questão que foi tema de grandes debates, “fatores internos” e “fatores externos”. Quais fatores são determinantes para o desenvolvimento/subdesenvolvimento econômico de um país? Quais fatores limitam ou permitem que certa economia alcance uma situação de país desenvolvido. Para que seja possível deixar explícita a posição quanto ao tema é necessária uma breve colocação acerca desse debate.¹¹⁹

É a partir do final da década de 1940 que o tema desenvolvimento econômico ganha expressão na América Latina. Esse destaque surge com o artigo de Raul Prebisch que promove início ao que seria denominado de “teoria do desenvolvimento”. O artigo defende uma relação direta entre os problemas econômicos latino americanos e a divisão internacional do trabalho que favorecia a produção industrial nos chamados países centrais e inibia nos países periféricos, segundo a denominação deste autor.

Prebisch exerceria grande influência, sobretudo na América Latina, sobre uma nova corrente de pensamento econômico. Este se concentrou numa comissão, criada pela ONU(Organização da Nações Unidas), chamada CEPAL(Comissão Econômica para América Latina). E desse modo as idéias de Prebisch foram adotadas e desenvolvidas.

Para este autor a relação externa que compartilhava os países periféricos com os centrais era prejudicial à aqueles. As economias periféricas se continuassem agrário-exportadoras, estariam condicionadas pela economia internacional. Ou seja no comércio internacional os países centrais gozariam sempre de vantagens na medida em que os preços dos produtos manufaturados apresentariam uma escala muito superior em relação aos preços dos produtos primários.

¹¹⁹ Para essa colocação ver Goldenstein (1994, cap I).

Essa é a tese de Prebisch da “deterioração dos termos de troca”. Na qual uma economia na categoria de primário-exportadora estaria condicionada pela economia internacional. Condicionada a conviver “eternamente” numa situação de menor grau de desenvolvimento econômico. Quer dizer dados os “fatores externos” desfavoráveis aos países periféricos estes estariam condenados ao subdesenvolvimento econômico. E este seria dominante nestes países enquanto não realizassem um processo de industrialização e passassem a exportar produtos manufaturados.

No entanto, no final da década de 1960, uma explicação seria adicionada à visão cepalina, qual seja, a necessidade de se considerar os condicionantes sociais e políticos no decorrer do desenvolvimento econômico. Para isto F. H. Cardoso e E. Faletto, chamam atenção para “... o esquema interpretativo e as previsões que à luz de fatores puramente econômicos podiam formular-se ao terminar os anos de 1940 não foram suficientes para explicar o curso posterior dos acontecimentos.”¹²⁰ Seria necessário, então, levar em consideração os condicionantes sociais e políticos.

Além disso, F.H. Cardoso e E. Falleto colocam quanto à temática do rompimento da situação de subdesenvolvimento econômico:

“... a superação ou manutenção das ‘barreiras estruturais’ ao desenvolvimento e a dependência dependem, mais do que de condições econômicas tomadas isoladamente, do jogo de poder que permitirá a utilização em sentido variável dessas ‘condições econômicas’ ”

De modo distinto, então, estes autores chamam atenção para existir a possibilidade de mesmo realizado um processo de industrialização, uma economia pode ainda assim ser

¹²⁰ Citado em Cardoso de Mello (1991, p. 24).

um país dependente. Isto é um avanço em relação à interpretação proposta por Prebisch e nos remete a observar os condicionantes sociais e políticos.

E a partir da contribuição de F. H. Cardoso e E. Faletto, J. M. Cardoso de Mello coloca a idéia de que:

“... a dinâmica social latino-americana é determinada, em primeira instância, por ‘fatores internos’ e, em última instância, por ‘fatores externos’, a partir do momento em que se estabelece o Estado Nacional”.¹²¹

Depois dessa discussão sobre interpretações do desenvolvimento econômico latino-americano, torna-se fundamental estudar as observações quanto a evolução da importância dos “fatores internos” e “fatores externos” na história econômica brasileira, realizada por J. M. Cardoso de Mello.¹²²

Este autor apresenta uma periodização que engloba os anos anteriores a 1880 e os posteriores a este ano. A partir desta faz uma análise sobre a importância e implicações dos “fatores internos” e “fatores externos” em cada período. A discussão aqui ficará reduzida à América Latina.

A questão geral a ser levada em consideração é qual a capacidade do capitalismo industrial exercer influência sobre as economias não industrializadas, ou seja qual o “poder” de influência da Inglaterra, maior potência industrial no período, sobre as economias latino-americanas.

Nestas economias, no período anterior a 1880, a influência inglesa não é significativa, pois as oportunidades de investimento não são, comparativamente as colônias inglesas e os Estados Unidos por exemplo, atrativas. Deste modo o impacto dos “fatores

¹²¹ Cardoso de Mello(1991, p. 26).

externos” sobre a América Latina, dentre esta a economia brasileira, é restrito prevalecendo, assim, os determinantes de caráter interno como fundamentais.

A situação após o ano de 1880, e que vai até 1900 para efeito do período em questão, não é a mesma. Assim a relação internacional entre economia inglesa e a economia latino-americana, o Brasil tem grande destaque, aprofunda-se e ganha importância enquanto relações vigentes na economia internacional. Nessa medida os investimentos ingleses têm importante participação seja na constituição de empresas diretamente ligadas ao complexo exportador ou na elaboração da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento deste setor apresentando-se como participante (o investimento inglês) fundamental. No entanto ressalta, J. M. Cardoso de Mello, que esses investimentos não penetraram nas economias latino-americanas unilateralmente, quer dizer estes investimentos sofreram uma adaptação ao chegar, receberam condicionantes internos decisivos.

Ou seja para essas economias da América Latina, entre estas a brasileira, no período entre os anos de 1880 e 1900 os “ fatores internos ” foram os determinantes fundamentais para o desenvolvimento sócio-econômico. Nas palavras de J. M. Cardoso de Mello:

“Concluindo, há que assumir a passagem da economia colonial à economia exportadora capitalista em toda sua complexidade, tomando o movimento como determinado, em primeira instância, por “fatores internos” e, em última instância, por “fatores externos”. Porém, a menos que nos contentemos com petições de princípio, é preciso não somente explicitá-los, mas, também, demonstrar de que modo se

¹²² Cardoso de Mello(1991, p. 45-52).

articularam, em cada momento do processo. “¹²³

Portanto, com finalidade de resumir a discussão e reforçar o ponto de discordância entre as duas visões. Na visão cepalina, expressa nas idéias de Prebisch, assinala para o determinante fundamental para continuidade de uma situação econômica de subdesenvolvimento: a economia colonial coloca restrições às economias primários-exportadoras na medida em que estas “desfrutam” de preços de comércio internacional desfavorável. Ou seja os “ fatores externos ” têm papel principal como determinante do desenvolvimento da economia brasileira.

A visão dos dependentistas expressa nas contribuições de F. H. Cardoso e E. Faletto e J. M. Cardoso de Mello, coloca quanto a mesma temática: as restrições externas são importantes, mas o que deve ser observado são os condicionantes sociais e políticos estabelecidos internamente na economia brasileira que proporcionarão adaptação aos condicionantes externos. Ou seja, para essa visão o que é determinante, em “primeira instância”, do desenvolvimento da economia brasileira são os fatores internos.

Retomando, toda discussão realizada acima tem como objetivo ilustrar a finalidade do presente trabalho. Ou melhor, mostrar o que não é o objeto do trabalho. Não foi objeto de estudo neste trabalho oferecer uma discussão acerca do determinante fundamental para o desenvolvimento da economia brasileira.

Meu objetivo, percebido na parte II, foi observar os chamados “fatores externos” sob uma óptica particular. Ou seja, quais efeitos ocorrem na economia brasileira, dado o movimento do balanço de pagamentos. Como repercute no Brasil, nessa época, um fluxo de entrada de investimentos estrangeiros. Quais elementos, em termos macroeconômicos,

¹²³ Cardoso de Mello(1991, p. 52).

podem ser destacados.

Portanto meu objetivo não foi entrar na “polêmica” e procurar a “chave” exata determinante da trajetória do desenvolvimento econômico brasileiro. Basicamente foi apresentar alguns fatos macroeconômicos, do meu ponto de vista marcantes na época, sob uma linguagem mais atualizada.

Mais especificamente o impacto da economia internacional sobre a brasileira em dois pontos. Em termos práticos, efeitos de um fluxo de investimento estrangeiro na conjuntura econômica brasileira. O primeiro ponto diz respeito a questão de maior fluxo, e de caráter mais imprevisto, de investimento estrangeiro que resulta numa maior vulnerabilidade das contas externas do Brasil. No segundo ponto destacar o investimento estrangeiro em termos de poupança internacional e potencial investimento na economia nacional.

A possibilidade ou não, volume maior ou menor, entrada contínua ou descontínua são características que marcam um fluxo de investimento estrangeiro. E este aumenta significativamente como sustenta a segunda parte do trabalho. Portanto deve-se esperar um movimento menos previsível desta conta e conseqüentes movimentos também menos previsíveis nas taxas de câmbio e no balanço de pagamentos.

Isso se traduz numa economia doméstica através de constantes variações no volume de exportações e importações bem como na situação do comércio doméstico. Este, desde que tenha elevada penetração de bens comercializáveis internacionalmente, apresentará concorrência maior ou menor e preços maiores ou menores dada uma taxa de câmbio menos depreciada ou mais depreciada. A taxa de câmbio depreciada ou apreciada é capaz de gerar superávit ou déficit comercial. Essas são situações de significativas variações, as

quais o comandante de política econômica, o governo, deve observar. Maior deve ser a observação quando se encontra vulnerabilidade ao “jogo” da economia internacional.

O investimento estrangeiro também representa uma importante fonte de financiamento, crescente no período estudado, para economias que demandam recursos. Cabe ao governo que se endivida realizar investimentos que no futuro sejam produtores de divisas necessárias à amortização da dívida anteriormente contraída. Executar políticas que permitam incentivos aos investimentos estrangeiros deve sempre ser alvo de debates.¹²⁴ Este tipo de investimento também é capaz de proporcionar às economias o contato com a tecnologia e possível desenvolvimento futuro da tecnologia nestes países.

¹²⁴ Ver análise do período em Fendt Jr (1977).

Bibliografia

Beiguelman, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro. Aspectos Políticos*. São Paulo, Pioneira, 1977.

Cano, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, T.A Queiroz, 1983.

Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

Costa, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República - Momentos Decisivos*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

_____. *Da senzala à Colônia*. São Paulo, Difel, 1966.

Dean, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 4. edição, 1991.

Fendt Jr, Roberto. *Investimentos ingleses no Brasil, 1870-1913- uma avaliação da política brasileira*. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, jul/set. 1977.

Franco, Gustavo H. B. *A Década Republicana: O Brasil e a Economia Internacional-1888/1900*. Rio de Janeiro, IPEA, 1991.

_____. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. Rio de Janeiro, BNDES, 1983.

Fritsch, Winston. *Aspectos da Política Econômica no Brasil 1906-1914*. In: *Economia Brasileira: Uma Visão Histórica*, P. Nenhaus (org.). Campus, Rio de Janeiro, 1980.

_____. Sobre a lógica da política econômica na primeira república. Estudos Econômicos, 15, 1985.

Furtado, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1991.

_____. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Nacional, 25.edição,1995.

Goldenstein, Lídia. Repensando a Dependência. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

Goldsmith, R. W. Brasil 1850-1894: desenvolvimento financeiro sob um século de inflação. Rio de Janeiro, Banco Bamerindus e Editora Harper & Row do Brasil, 1986.

Gonçalves, R. , et al. A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro, Campus, 1998.

Gonçalves, R., e Barros, A. C. Tendências dos termos de troca: a tese de Prebisch e a economia brasileira- 1850-1979. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v.12, n.1, 1982.

Gorender, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo, Ática, 1992.

Lago, Luiz Aranha. *O Surgimento da Escravidão e a transição para o trabalho livre no Brasil: um modelo teórico simples e uma visão de longo prazo.* Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, Out-Dez 1988.

Lopes, J. C. Economia Monetária, São Paulo, Atlas, 1992.

Luz, Nícia Vilela. A Luta pela industrialização do Brasil.(1808-1930). São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

Mello, J.M. Cardoso de. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982.

Saes, Flávio Azevedo Marques de. As Ferrovias de São-Paulo 1870-1940: expansão e declínio do transporte ferroviário em São Paulo. São Paulo, Hucitec, 1981.

Santos, Ronaldo Marcos dos. Resistência e Superação do Escravismo na Província de São Paulo(1885-1888). São Paulo, tese, 1972.

Silva, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

Versiani, F. R. *Industrialização e economia de exportação: a experiência brasileira antes de 1914.* Revista Brasileira de Economia, 34, 1980.